

revista Conselhos

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

ENGENHARIA DE TRANSFORMAÇÃO

Paulo Oliveira, CEO da BRAiN,
tem o desafio de tornar o Brasil
um centro de investimentos

R\$ 18,90



análises:

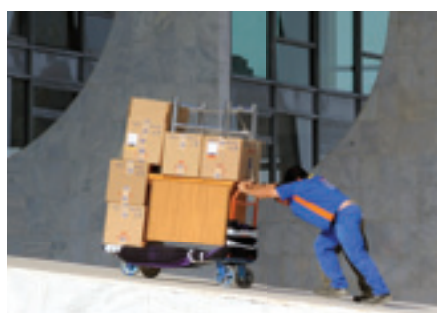
*Roberto Setúbal, Ubiratan Aguiar, Evelina Christillin,
Josef Barat, Renato Opice Blum, Adolfo Melito*

Sumário



08 Paulo Oliveira

CEO da BRAiN dá detalhes da organização e como pretende transformar o Brasil em polo regional de investimentos



18 Democracia

Diferentemente de parte da América Latina, Brasil foge do hiper-presidencialismo

32 Global

Para se tornar líder, Brasil terá de promover ajustes internos e adotar outra postura mundial



42 “Cinco perguntas para”

Evelina Christillin, responsável pela organização dos Jogos Olímpicos de Inverno de Turim em 2006

46 Artigo

Ives Gandra Martins analisa o papel da arbitragem na solução de disputas



48 Realidade

O setor de saúde sofre mudanças e fortalece São Paulo como centro de serviços



56 Ubiratan Aguiar

Presidente do Tribunal de Contas da União propõe curso de Administração Pública para gestores, inclusive eleitos

64 Mobilização e debate

O ambiente virtual, ao mesmo tempo que registra aumento dos negócios, se torna cada vez mais uma fonte de risco para pessoas e empresas, exigindo investimentos e atenção



74 Artigo

Mario Marconini aborda as dificuldades para o Mercosul para seguir em evolução e pede mais pragmatismo ao bloco

78 Sustentabilidade

A COP-16, em Cancún, no México, tende a ser marcada por agendas focadas em problemas locais de cada país



84 Pensata

Lúis Vasco Elias, sócio da Deloitte, comenta a evolução do ambiente de negócios e a reorganização empresarial





90 Polis

Infraestrutura de TI e telecomunicações continua a ser um tormento a ser resolvido para a Copa de 2014, restando menos de quatro anos para o evento acontecer



PRESIDENTE Abram Szajman

DIRETOR EXECUTIVO Antonio Carlos Borges

revista Conselhos

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO EDITORIAL

Ives Gandra Martins, José Goldemberg, Paulo Rabello de Castro, Josef Barat, Claudio Lembo, Mario Marconini, Renato Opice Blum, Antonio Carlos Borges, Luiz Antonio Flora, Romeu Bueno de Camargo, Fabio Pina, Guilherme Dietze, Luciana Fischer, José Pastore e Adolfo Melito

EDITOR CHEFE Marcus Barros Pinto

EDITOR EXECUTIVO Jander Ramon

PROJETO GRÁFICO



atendimento@designtutu.com.br

PUBLICIDADE Editora Casa Nova

Tel.: (11) 5095-0096

comercial@editoracasanova.com.br

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

Adolfo Melito, Eugênio Melloni, Herbert Carvalho, Ives Gandra Martins, Luis Vasco Elias, Mario Marconini, Paulo Fortuna, Raphael Ferrari, Roberto Rockmann e Theo Saad

ARTE: Clara Voegeli, Danielle Cunha e Demian Russo

FOTOS: Adri Felden/Argosfoto (Capa), José Paulo Lacerda (Brasília), Agência Brasil e Partido dos Trabalhadores

IMPRESSÃO

IBEP gráfica

FALE COM A GENTE

conselhos@fecomercio.com.br

EVOLUÇÃO EMPRESARIAL

O ano que termina foi marcado por importantes avanços para a economia brasileira. O dinamismo econômico contrastou, porém, com uma disputa presidencial caracterizada pela superficialidade com que foram debatidos os principais problemas do País, alguns sequer tangenciados. Nesse cenário paradoxal, ganha especial relevo o fato de as organizações empresariais se mostrarem cada vez mais dispostas a evoluir em uma agenda própria de aperfeiçoamento da estrutura econômica e regulatória. Exemplo disso está na criação, com o decidido engajamento da Fecomercio, da Brasil Negócios & Investimentos (BRAiN), que tem por finalidade transformar o eixo São Paulo – Rio de Janeiro em um polo regional de negócios e investimentos da América Latina. O resumo desta iniciativa encontra-se na entrevista de capa do CEO da BRAiN, Paulo Oliveira.

Para levar a cabo esse projeto audacioso, será necessário repensar a realidade brasileira em termos educacionais, formação de mão de obra e integração com os demais países do continente. Inclui, ainda, convencer os governos a comedirem sua volúpia tributária e equacionarem os gastos públicos, tornando-os mais racionais e eficientes.

Por esta razão são relevantes e oportunas as palavras do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar, nas páginas a seguir. Além de atuar como guardião dos recursos do contribuinte e de buscar a melhoria dos controles internos da

própria organização, o ministro Aguiar lança uma proposta ousada e pertinente: tornar obrigatório a todos os gestores públicos, eleitos inclusive, passar pelos bancos do curso de Administração Pública, algo que deveria ser elementar para garantir a qualidade dos gastos públicos e a maximização dos resultados diante dos recursos disponíveis, hoje usados de maneira ineficiente.

Nesta edição também está lançada uma reflexão sobre a força da democracia brasileira, no momento em que a ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, assume como nova mandatária do País. É importante constatar que, diferentemente de outras nações latino-americanas, o Brasil soube preservar suas instituições e evitar que entre nós proliferasse um presidencialismo hipertrofiado. O que faltam agora, como se vê em outra reportagem, são os ajustes necessários para o País assumir, definitivamente, uma posição de liderança global, compatível com sua ascensão na arena mundial.



Abram Szajman
Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio), e dos Conselhos Regionais do Sesc, do Senac e do Sebrae-SP

“Se não nos prepararmos para os investimentos, afogamos”

CEO da BRAiN explica objetivos da atividade da organização que almeja transformar o Brasil em um polo de negócios e de atração de capitais para a América Latina
Por Marcus Barros Pinto e Jander Ramon

O engenheiro Paulo de Oliveira desenvolveu a maior parte de sua carreira profissional no mercado de capitais, atuando em diversas organizações, dentre as quais a BM&FBovespa, onde foi diretor de Desenvolvimento e Fomento de Negócios. Lá, conduziu o projeto de internacionalização da bolsa brasileira. A principal obra de engenharia de Oliveira está, entretanto, para ser construída: transformar o Brasil em um polo internacional de investimentos e negócios, com foco regional na América Latina e conexões globais.

Essa é a missão do executivo ao comandar a Brasil Investimentos & Negócios (BRAiN), uma associação que representa diversos setores da economia e que tem entre os participantes a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio). No novíssimo escritório da BRAiN, na capital paulista, Oliveira recebeu **Conselhos** para relatar o plano de ação e objetivos da associação, bem como as iniciativas para mudar o perfil econômico brasileiro. A seguir, os principais trechos da entrevista.



Conselhos – A CONCEPÇÃO INICIAL DA BRAiN ESTÁ NO PROJETO ÔMEGA, DE 2008. O QUE MUDOU DO MODELO ANTERIOR PARA A OPERAÇÃO ATUAL?

Paulo Oliveira – O Projeto Ômega remete à preocupação inicial de o que teríamos de fazer como lição de casa para preparar o Brasil para o fluxo de investimento externo que viria pela frente, a partir da obtenção da classificação de risco grau de investimento (*investment grade*). Pensávamos como mercado financeiro apenas. Hoje, a BRAiN é uma associação multimercado e multissetorial, que necessariamente envolve o governo, tanto pelo poder de execução, quanto pela necessidade de transformação de legislação, regulação e regulamentação. Ficou claro e fundamental também a necessidade de participação das empresas, principalmente do setor de serviços.

Conselhos – POR ISSO, A FRENTE MULTISSETORIAL.

Oliveira – O mundo vem migrando de um setor primário, a agricultura, para o secundário, a indústria, e, agora, para o terciário, de serviços. Todos os países desenvolvidos são muito mais fortes nesse setor do que em indústria ou agricultura, embora todos sejam relevantes, mas acontece que serviços é mais alavancado. Juntando esses três componentes – financeiro, que faz a intermediação, governo, que tem a regulação, e as empresas, com foco no setor de serviços, e, de maneira mais ampla, em todas as empresas –, quando se muda a regulação, altera para todo o Brasil.

Conselhos – QUAIS MUDANÇAS, ESPECIFICAMENTE?

Oliveira – Quando se fala de políticas fiscal e cambial, desburocratização, toda em-

presa é beneficiada. Estamos vendo que o Brasil está num processo claro de inserção global e que isso não significa simplesmente abrir para que o estrangeiro venha aqui competir em desigualdade de condições com o local. Nós estamos indo para lá. É o Brasil saindo dos seus limites.

Conselhos – A BRAiN VISA AVANÇAR, PORTANTO, NA CONCERTAÇÃO ENTRE GOVERNO E INICIATIVA PRIVADA?

Oliveira – O Brasil não teve ainda essa experiência tripartite, de fazer algo que é um pacto social ou a concertação de governo e iniciativa privada. A BRAiN traz isso, porque, quando estamos escolhendo uma pauta de atuação, é plural.

Conselhos – COMO O GOVERNO TENDE A REAGIR, AO SE PARTIR PARA UMA INTERLOCUÇÃO INTEGRADA DO SETOR EMPRESARIAL?

Oliveira – O governo reage de três formas: técnica, política e burocrática. A reação técnica é sempre boa, uma análise se aquilo faz bem ou não, algo de fundo, pois a capacidade técnica do governo brasileiro evoluiu muito e é *benchmark*, por exemplo, na área de regulação. A parte política é complicada. Se vão os bancos vão falar alguma coisa, ‘o que pensa a indústria disso?’, pergunta o governo. Quando vão todos, você não tem essa preocupação. E a parte burocrática depende muito do envolvimento do governo em cada ação.

Conselhos – A BRAiN TENTA CRIAR UNIDADE EMPRESARIAL?

Oliveira – Não temos essa pretensão. Estamos na intersecção. O que realmente todos precisam primeiro? Essa é a pauta.

“O BRASIL NÃO TEVE AINDA ESSA EXPERIÊNCIA TRIPARTITE, DE FAZER ALGO QUE É UM PACTO SOCIAL OU A CONCERTAÇÃO DE GOVERNO E INICIATIVA PRIVADA. A BRAiN TRAZ ISSO”

Conselhos – O FATO DE O BRASIL TER O MERCADO FINANCEIRO ROBUSTO, EM EXPANSÃO E BEM REGULADO FACILITA A AÇÃO DA BRAiN?

Oliveira – O importante é perceber que o papel do mercado financeiro nunca é de um fim em si mesmo. Quando isso acontece, é uma ciranda. O mercado financeiro é um vaso comunicante, que integra a economia, mas é preciso que haja uma economia de base. Tem que ter alguma coisa acontecendo para que o sistema de distribuição possa distribuir. O momento que estamos vivendo é de um mercado interno crescendo e com poder de consumo. É também um momento de inserção do Brasil na economia mundial. A oitava economia do mundo não pode ter um cinquenta avos do tamanho do comércio mundial.



“QUANDO SE FALA DE POLÍTICAS FISCAL E CAMBIAL, DESBUROCRATIZAÇÃO, TODA EMPRESA É BENEFICIADA. ESTAMOS VENDO QUE O BRASIL ESTÁ NUM PROCESSO CLARO DE INSERÇÃO GLOBAL E QUE ISSO NÃO SIGNIFICA SIMPLEMENTE ABRIR PARA QUE O ESTRANGEIRO VENHA AQUI COMPETIR EM DESIGUALDADE DE CONDIÇÕES COM O LOCAL. NÓS ESTAMOS INDO PARA LÁ”



Conselhos – COMO CONVENCER O GOVERNO PARA ENTENDER QUE ESSE PROJETO ENVOLVE UM PLANO DE ESTADO, MAIS DO QUE UMA ATUAÇÃO DE GOVERNO?

Oliveira – Percebemos desde o começo que esse projeto é de longo prazo, 15 ou 20 anos. Como é que se chega lá e transforma isso num negócio perene e institucional, independentemente do mandatário do momento? Internamente, tem de ter o equilíbrio dos grupos aqui, nessa estrutura de trabalho. Ter participantes dos vários setores, opinando qual é a agenda prioritária daquele setor, vai ajudar a construir o nosso cronograma de atividades daqui para frente, em curto, médio e longo prazos. Vamos produzir quatro relatórios, que vão endereçar grandes problemas. O primeiro relatório fala sobre a BRAiN, o conceito, por que é importante ter uma associação como essa.

Conselhos – E OS DEMAIS?

Oliveira – O segundo é sobre competitividade: onde está o Brasil e a América Latina comparando com outros países, sobre vários segmentos dentro dos setores. Não é apenas um ranking, mas falar que o Brasil é 49º em termos de competitividade industrial e o que precisa ser feito para andar. Falamos em educação, segurança, burocracia, regulação, as regras do jogo. Vamos divulgá-lo no início de 2011. Em seguida, vamos lançar o relatório de talentos, que é a parte de educação, demanda de trabalho e emprego que o Brasil futuro vai trazer, quais são os setores e as importâncias de preparação de gente e mão de obra. O quarto relatório é de cooperação latino-americana, qual

é o ganha-ganha no jogo com os demais países da América Latina.

Conselhos – E O SENHOR JÁ NOTA A MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIDORES PARA OLHAREM MAIS A FUNDO PARA O BRASIL?

Oliveira – Isso é impressionante. Antes de BRAiN vem *rain* (chuva, em inglês). Vai chover muito. O negócio aqui é botar baldes para fora para capturar água.

Conselhos – PODEMOS NOS AFOGAR?

Oliveira – Atuamos exatamente para evitar o desastre da enchente, canalizando e distribuindo os investimentos que estão por entrar. Essa é a atuação da BRAiN. Se não nos prepararmos, afogamos.

Conselhos – COMO SE MATERIALIZAM OS BENEFÍCIOS DE UM PROJETO DESSA MAGNITUDE?

Oliveira – Vamos pegar um exemplo do setor financeiro. Quando você tem um investidor chileno que quer comprar um ativo brasileiro, hoje ele tem de ir para Nova York. Lá, compra uma ADR de uma empresa brasileira, pagando a corretagem local, pagando câmbio duas vezes, e ele está exportando o mercado dele para um *broker*, que não é um chileno, e que vai ganhar com essa operação. Na hora em que se tem um mercado latino-americano líquido, com as bolsas chilena e brasileira totalmente integradas, o corretor local está fazendo a operação e o custo para o investidor final é menor. Obviamente, se esse corretor local, tanto o brasileiro, quanto o chileno, está ganhando mais dinheiro, está consumindo e gastando mais também, criando riqueza na região, que espalha para os outros segmentos da economia.

Conselhos – Como?

Oliveira – Veja Nova York. O que significa para o setor de hotelaria o fato de Nova York ser um centro financeiro desenvolvido? E alimentação em seminários, convenções? Agora, pensando pelo lado da nossa deficiência atual: há megaeventos que São Paulo não recebe porque não tem capacidade de atender, como feiras internacionais que o Brasil está fora, porque não tem lugar.

Conselhos – MAS COMO É QUE ESSA OPERAÇÃO PROPOSTA PELA BRAiN SE VIABILIZA?

Oliveira – Quando houver a ressonância dos nossos estudos na sociedade e o entendimento de quais são os projetos que têm que ser feitos, temos aí um horizonte de projetos, que têm uma duração de longo prazo, com etapas a serem cumpridas no curto, médio e longo prazos. Teremos priorizações e cobranças. Porque, por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma excelente ideia, mas o problema é gestão. Não faremos propaganda dos projetos, mas gestão, com começo, meio e fim.

Conselhos – CORRUPÇÃO AFUGENTA INVESTIDOR. COMO A BRAiN PRETENDE TRABALHAR ESSE TEMA?

Oliveira – Concordo que corrupção é uma questão que o Brasil tem que encarar, mas não estamos tão mal posicionados. Acho que há vários níveis de corrupção e várias razões. Sem querer fazer estudo sociológico de corrupção, mas uma delas vem quando não se tem alternativa, um modelo que te empurra na direção da corrupção. É aquela clássica situação de criar

“QUANDO HOUVER
A RESSONÂNCIA DOS
NOSSOS ESTUDOS
NA SOCIEDADE E O
ENTENDIMENTO DE QUAIS
SÃO OS PROJETOS QUE TÊM
QUE SER FEITOS, TEMOS
AÍ UM HORIZONTE,
COM DURAÇÃO DE
LONGO PRAZO”

dificuldade para vender facilidade. Quando se tem uma lei mais clara, abrangente e tranquila, diminui muito o grau de corrupção da sociedade. E tem a corrupção mais política, de ter poucos decidindo sobre muito. Uma economia mais plural e mais aberta é a solução para isso. Uma das pedras fundamentais é educação e, a outra, legislação.

Conselhos – ESTIMULAR A FORMALIDADE NÃO É OUTRO CAMINHO?

Oliveira – Esse é um exemplo perfeito. Na hora em que se tem um crescimento da economia, fica tão explícito o que é informal e o que é formal, que começa a diminuir a carga tributária, e traz para dentro do jogo quem quer entrar, mas não consegue. E quem tem que fazer isso é o setor privado, ao não permitir que a eficiência arrecadatória se transforme em gasto de governo. Aumentou a arrecadação? É para baixar a alíquota. Estamos a bordo de uma grande oportunidade de realizar esse sonho de uma reforma fiscal que não



diminua a arrecadação e que simplifique a vida do pequeno e médio empresário, de todos. Infelizmente, as grandes mudanças são feitas à força, na hora da crise. Mas o Brasil tem a chance de fazer isso em tempo de “vacas gordas” e precisa aproveitar.

Conselhos – A BRAiN JÁ ESTABELECEU METAS DE DESEMPENHO PARA SUA ATUAÇÃO?

Oliveira – Temos algumas. A ideia é que nesses seis meses, criando os relatórios e entregando isso para a sociedade, discutindo, deliberando, criaremos o cronograma de atividades para a frente. Teremos metas na parte de infraestrutura, até porque temos aqui uma data mágica, a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016. Já tenho também uma meta de integração latino-americana, que é colocar um *board* desse projeto nos demais países da Améri-

ca Latina, em 2011. Então, o ano que vem é o ano que vamos ter a consolidação disso, que vai se dar por meio da criação de um marco regulatório latino-americano. Há um estudo que já contratamos, de alguns experts latino-americanos, para indicarem quais seriam as regras da legislação de cada país que têm que ser mudadas, para que haja essa integração.

Conselhos – É TER UM ESCRITÓRIO DA BRAiN EM CADA UM DOS PAÍSES?

Oliveira – A nossa proposta não é um escritório da BRAiN, inclusive porque BRAiN é Brasil. O que temos é que fomentar uma BRAiN chilena, e em cada país, e mostrar para eles porque é realmente melhor criar liquidez de mercado local do que continuar nesse jogo de cada um por si e todos para Nova York. ■



Mudança, mas com equilíbrio

Diferentemente de outros países da América Latina, o Brasil evita o hiper-presidencialismo e mantém firme o sistema democrático **Por Roberto Rockmann**

Em alguns círculos empresariais e acadêmicos, dúvidas surgem quando se discute o futuro político do Brasil após o fim de oito anos de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: com a vitória da petista Dilma Rousseff nas urnas, candidata escolhida por Lula, o País poderá conviver nos próximos quatro anos com um surto de hiper-presidencialismo a exemplo de vários de seus vizinhos latino-americanos ou suas instituições estão fortalecidas a ponto de evitar a existência desse modelo político em que o Executivo ofusca o poder do Legislativo e do Judiciário? Como será a governabilidade do País com uma presidente sem tanto carisma e apelo popular e com a emergência de uma nova classe média, favorecida pela ascensão social e com novas ambições e gostos?

Se olhado o histórico recente dos vizinhos latino-americanos, a dúvida sobre a ameaça de contágio do hiper-presidencialismo no Brasil tem fundamento. Na Argentina, Cristina Kirchner tenta ampliar seu poder com base na Lei da Mídia, que restringe a ação da imprensa crítica ao governo, e na Reforma Política, que complica a existência dos partidos pequenos e favorece o Peronismo e a União Cívica Radical. No Equador, Rafael Corrêa chegou à presidência do país em 2007 e, um ano depois, foi anunciada uma nova constituição que ampliou os poderes do Executivo. Na Bolívia, Evo Morales nacionalizou empresas e tem buscado reduzir o espaço da oposição.

Mas o caso mais emblemático de presidente que desequilibra a balança dos poderes é o de Hugo Chávez, que desde 2000 senta-se na mais importante cadeira do governo

da Venezuela, um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Com base no apoio popular e de sindicatos, Chávez conseguiu, em fevereiro de 2009, convocar um referendo que permitiu que ele possa se candidatar à reeleição indefinidas vezes, o que abre a possibilidade para continuar governando o país por mais uma década.

“É bom frisar que a constituição de alguns países como Bolívia, Equador e Venezuela valoriza a figura do Executivo, que tem o poder de convocar referendos e plebiscitos, o que reduz o equilíbrio entre os poderes e facilita a existência de ditadores”, afirma o jurista Ives Gandra Martins, presidente do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio). Nesses países, o conceito de equilíbrio de poderes, vindo do filósofo francês Charles de Montesquieu, cuja obra mais famosa é “O Espírito das Leis”, já nasceu deturpado na origem. E o Brasil? “Aqui, a Constituição de 1988 buscou consolidar um Executivo forte, um Judiciário forte e um Legislativo forte, lembrando que aqui no Brasil cabe ao Congresso a convocação de plebiscitos e referendos. Portanto, os anticorpos da democracia brasileira são mais resistentes do que os de seus vizinhos na região”, diz Gandra Martins, que não vê ameaça da existência de um Executivo forte a ponto de sobrepular o Legislativo e o Judiciário. “Apesar da alta taxa de popularidade, o presidente Lula sofreu derrotas importantes no Congresso e, para aprovar o ingresso da Venezuela no Mercosul, teve de costurar acordos no Legislativo por um ano e meio e ainda ligar para todos os senadores. Nosso Legislativo é muito mais forte em relação



Cláudio Lembo, presidente do Conselho de Estudos Políticos da Fecomercio

“NÃO HÁ HIPÓTESE DE SE IMPLANTAR UM HIPER-PRESIDENCIALISMO QUE CONDUZ A ATROFIA DOS DEMAIS PODERES, DEIXANDO DE EXISTIR O SALUTAR CONTROLE DE UM PODER SOBRE O OUTRO”

ao de muitos de nossos vizinhos”, analisa o jurista.

Quando encerrar seu mandato e entregar a faixa presidencial para Dilma Rousseff no primeiro dia do próximo ano, o presidente Lula deverá concluir seu mandato como um dos presidentes mais populares da história recente, com uma taxa de aprovação acima de 70% entre os entrevistados. Apesar do índice, o presidente, que não buscou colocar em votação uma emenda constitucional que permitiria uma nova reeleição. Pelo contrário, pois algumas das derrotas mais importantes no Congresso, abalaram

o governo. No dia 15 de fevereiro de 2005, na metade do primeiro mandato, o governo Lula sofreu sua primeira derrota no Legislativo: o candidato independente Severino Cavalcanti (PP-PE), que construiu sua candidatura com a promessa de elevar salários e de melhorar as condições de atuação dos colegas congressistas, tornou-se presidente da Câmara de Deputados com 300 votos dos 498 deputados presentes, deixando o candidato petista Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) em segundo lugar. A derrota tornou o cenário político do governo complicado e aumentou sua proximidade com o PMDB.

Em 13 de dezembro de 2007, no início do segundo mandato, o governo perdeu no Senado a votação da emenda que prorrogava até 2011 a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Foram 34 votos pela prorrogação e 45 contra. O que trouxe incertezas para o governo sobre as contas públicas. “Mesmo popular, o presidente Lula teve poder limitado pelas instituições, como o Congresso, e perdeu a votação da CPMF, por exemplo. Lula critica a imprensa, mas ela se mantém livre. Nosso modelo político funciona muito melhor do que o dos nossos vizinhos”, analisa Mario Marconini, presidente do Conselho de Relações Internacionais da Fecomercio.

Há outros pontos que diferenciam o Brasil de seus pares, como o tamanho da economia, cada vez mais nos holofotes de investidores dos quatro cantos do mundo, e o volume de investimentos externos no País. Há um século, a Argentina era a quinta maior economia do mundo. Hoje, o Produto Interno Bruto (PIB) argentino é um pouco maior do que a metade do PIB de São Paulo. Outro exemplo: se a inflação está estabilizada no Brasil e gira em torno de 5% ao ano, na Venezuela chegou a 26% em 2009, enquanto o país governado por Chávez viu o investimento externo despencar por conta da nacionalização de empresas em alguns setores da economia. Pesquisa recente da BDO International realizada com 237 líderes empresariais de dez países aponta que o Brasil é a quarta nação que mais deverá receber investimentos nos próximos dois anos e que os negócios dessas empresas no País têm tido a segunda maior taxa de crescimento nos últimos anos. “O Brasil tem

“É BOM FRISAR QUE A CONSTITUIÇÃO DE ALGUNS PAÍSES VALORIZA A FIGURA DO EXECUTIVO, QUE TEM O PODER DE CONVOCAR PLEBISCITOS, O QUE REDUZ O EQUILÍBRIO ENTRE OS PODERES”



Ives Gandra Martins, presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio

SESC BELENZINHO

50.000 M² DE LAZER, CULTURA E ESPORTE REAFIRMANDO O COMPROMISSO DO EMPRESARIADO DO COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS COM O BEM-ESTAR E A QUALIDADE DE VIDA DE SEUS FUNCIONÁRIOS E FAMILIARES.



Inauguração dia 04 de dezembro de 2010

- Praça Central com espaço de brincar, jardins e árvores;
- Área para convivência, leitura, encontro e atividades artísticas;
- Restaurante e lanchonete;
- Dois espaços multiuso para exposições e atividades variadas;
- Seis piscinas para recreação, cursos e atividades esportivas;
- Ginásio poliesportivo coberto e sala de ginástica multifuncional;
- Parque esportivo externo com espaço para prática de exercícios físicos, quadra de tênis e futsal, campo de futebol soçaite, pista de corrida e caminhada e equipamentos para ginástica individual;
- Espaços para acesso à Internet e cursos diversos na área de novas tecnologias;
- Espaço de leitura e espaço lúdico para crianças e bebês;
- Complexo com três salas de espetáculos;
- Café, ponto de encontro e convivência com vista panorâmica;
- Sete consultórios odontológicos e espaço para cursos e oficinas relacionados à prevenção da saúde;
- Estacionamento coberto para até 400 veículos e bicicletário;

UNIDADES SESC NA CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO:
CARMO, CINESESC, CONSOLAÇÃO, INTERLAGOS,
IPIRANGA, ITAQUERA, ODONTOLOGIA, OSASCO,
PINHEIROS, POMPEIA, SANTANA, SANTO AMARO, SANTO
ANDRÉ, SÃO CAETANO, VILA MARIANA E SESC TV.

SESC
www.sescsp.org.br
0800 118220

INTERIOR E LITORAL: ARARAQUARA, BAURU, BERTIÓGA,
BIRIGUI, CAMPINAS, CATANDUVA, PIRACICABA,
RIBEIRÃO PRETO, SANTOS, SÃO CARLOS, SÃO JOSÉ
DO RIO PRETO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SOROCABA,
TAUBATÉ E THERMAS DE PRESIDENTE PRUDENTE.

O CASO MAIS EMBLEMÁTICO DE PRESIDENTE QUE DESEQUILIBRA A BALANÇA DOS PODERES É O DE HUGO CHÁVEZ, QUE DESDE 2000 SENTA-SE NA MAIS IMPORTANTE CADEIRA DO GOVERNO DA VENEZUELA, UM DOS MAIORES PRODUTORES DE PETRÓLEO DO MUNDO. ELE PODE SEGUIR NO CARGO POR DÉCADAS

uma posição econômica que os outros não têm e depende em alguns setores, como o de infraestrutura, de investimentos externos. Isso também influencia nessa equação política, porque para atrair recursos é preciso ter estabilidade política”, diz o brasiliense David Fleischer, professor da Universidade de Brasília (UnB).

Em artigo recente publicado na revista eletrônica *Terra Magazine*, Cláudio Lembo, presidente do Conselho de Estudos Políticos da Fecomercio, aponta que não há como se implementar o hiper-presidencialismo no Brasil, por uma outra razão: as instituições brasileiras têm sobrevivido desde



Hugo Chávez, presidente da Venezuela, que desde 2000 comanda o país e pode continuar se reelegendo

1989 a salvo de pressões. “Não há hipótese de se implantar, nestas terras, um hiper-presidencialismo que conduz à atrofia dos demais poderes, deixando de existir o salutar controle de um poder sobre o outro. As instituições nacionais já passaram por situações extremamente graves e sempre conseguimos salvá-las e permanecer na boa caminhada da democracia”, destacou Lembo.

Se há pontos positivos, ainda há muito a se avançar. Recente pesquisa da Fundação Konrad Adenauer indica que Chile, Uruguai e Costa Rica são os países com o melhor avanço da democracia na América Latina em 2010, enquanto Honduras, República Dominicana e Equador estão do outro lado da lista. Entre os países de desenvolvimento democrático médio estão Panamá, Peru, Argentina, México e Brasil, sendo que o Brasil teve evolução nos dois últimos anos no Índice de Desenvolvimento Democrático, passando da nota 4,5, em 2009, para 4,6, este ano, mas manteve-se na 11ª posição entre as 18 nações da região analisada. Se o País conseguiu realizar uma nova eleição presidencial sem a figura do presidente Lula sendo candidato, ou seja, evitando uma terceira reeleição como foi o caso da Venezuela, a questão da corrupção e de um Congresso fragilizado ainda são pontos fracos, segundo a sondagem. Outro ponto levantado pela instituição alemã foi a visita do presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil, que reabriu o debate sobre a política diplomática do governo Lula em relação a países acusados de violação de normas internacionais.

Se o risco de hiper-presidencialismo é baixo, a chance de adoção do regime parlamentarista no Brasil também é mínima.



Desde 1961, quando a renúncia do presidente Jânio Quadros colocou o País numa crise institucional e levou a oposição a discutir uma saída para que o então vice-presidente João Goulart não assumisse o poder, foram realizados dois plebiscitos sobre a adoção de um novo regime: um em 1961 (em que o parlamentarismo foi aprovado, mas poucos meses depois abandonado), e o outro em 1993, em que foi completamente rejeitado pelos que votaram.

Com o término de oito anos do governo Lula, surgem duas perguntas entre empresários e analistas: como poderá ficar a governabilidade do País pós-Lula? Dilma Rousseff terá poder para aprovar reformas e leis importantes na Câmara e no Senado? O futuro político do próximo governo no Congresso repousa sobre o PMDB, partido que elegeu, na composição com o PT, o vice-presidente da República, Michel Temer – também presidente da sigla –, e que desde o início da redemocratização em 1989 tem sido o fiel da balança política no País.

“O PMDB é um partido que será fundamental na equação, como mostra a história, pendendo para o lado do governo, sempre”, observa Martins.

Para o cientista político André César, sócio da consultoria Análise Política, obter a maioria no Legislativo não será um obstáculo para a presidente, mas existem incógnitas sobre a possibilidade de avanço em temas importantes como as reformas previdência, tributária e política. “A negociação é sempre um tema delicado e envolve interesses de governos e partidos. Pode-se aproveitar para tocar as reformas logo no início do mandato, quando o capital político

é maior, mas não se sabe se isso será feito, porque o governo Lula teve alta taxa de popularidade, mas não mexeu nesses temas”, afirma César.

Marconini, da Fecomercio, entende que Dilma, menos carismática do que Lula, terá maior dificuldade para aprovar as reformas, essenciais para a sustentabilidade do crescimento do Brasil. “Não vejo a futura presidente com força suficiente para implementar as reformas necessárias, e essas reformas serão essenciais para o futuro”, afirma.

Além das reformas, os temas que a próxima governante do Brasil enfrentará são complexos, diz Murillo de Aragão, sócio da consultoria Arko Advice. Envolver o ajuste fiscal, mão de obra e a infraestrutura de aeroportos, portos e rodovias, que será ainda mais demandada com a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016. “No campo das finanças públicas, uma questão refere-se à necessidade de o Brasil começar a fazer superávit nominal, em vez de superávit primário. O superávit nominal implicaria o estabelecimento de metas de gastos inferiores à expansão do PIB e das receitas tributárias”, pondera Aragão.

Outro desafio no xadrez político pós-Lula é a emergência da nova classe média. Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), somente a faixa que inclui a classe C, considerada a nova classe média, passou a representar 53,8% da população em dezembro de 2008. No mesmo período de 2007, esse percentual era de 51,8%. Há 15 anos, estava na casa dos 35%. Essa nova camada populacional tem novas ambições e desejos e é um desafio para o próximo governante. “Essa nova classe média tende

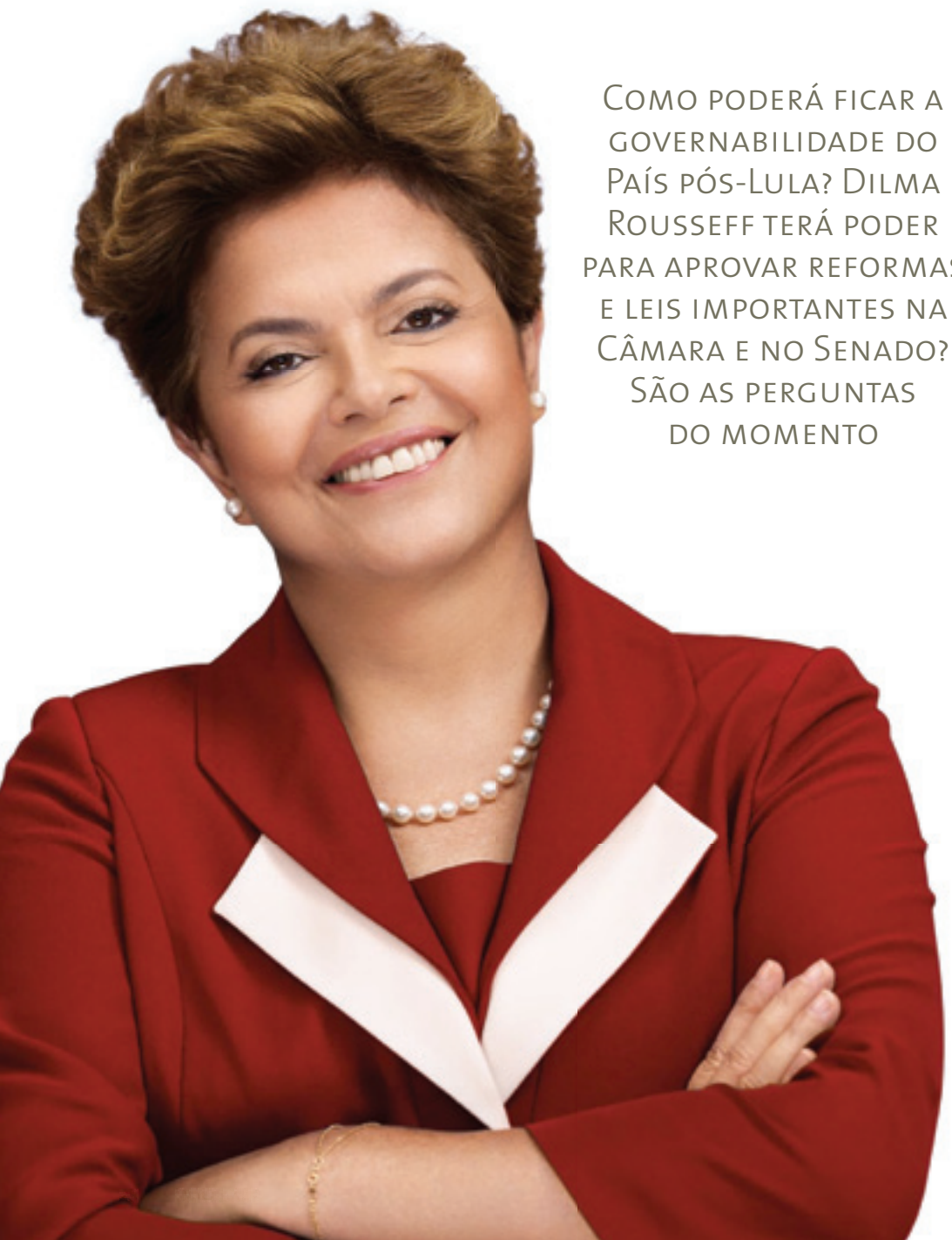


Rafael Corrêa, presidente do Equador desde 2007

NO EQUADOR,
RAFAEL CORRÊA
CHEGOU À PRESIDÊNCIA
DO PAÍS EM 2007 E,
UM ANO DEPOIS, FOI
ANUNCIADA UMA
NOVA CONSTITUIÇÃO
QUE AMPLIOU OS
PODERES DO EXECUTIVO.
RECENTEMENTE,
O PRESIDENTE
ENFRENTOU DISTÚRBIOS
POPULARES E PROBLEMAS
COM FORÇAS POLICIAIS
DO PAÍS

a ser, em algum momento, conservadora para proteger as conquistas adquiridas recentemente. Ao mesmo tempo, buscará que o próximo governante amplie ainda mais o que ela ganhou. Se a pessoa comprou sua primeira geladeira, vai querer seu primeiro carro e por aí vai. Será um desafio acomodar essas pressões desse grupo que numericamente é bem importante”, analisa Fleischer.

O brasileiro ainda lembra que os Estados Unidos vivenciaram esse momento no fim dos anos 60, quando o então presidente Richard Nixon buscou o novo eleitor que tinha ascendido socialmente adotando



COMO PODERÁ FICAR A GOVERNABILIDADE DO PAÍS PÓS-LULA? DILMA ROUSSEFF TERÁ PODER PARA APROVAR REFORMAS E LEIS IMPORTANTES NA CÂMARA E NO SENADO? SÃO AS PERGUNTAS DO MOMENTO

uma postura mais conservadora. Para André César, da Análise Política, a classe média emergente terá demandas que serão embaladas pelas perspectivas econômicas positivas do País. Entender essas demandas e buscar atendê-las serão desafios para a presidente eleita. “A conquista desse eleitor que virou um consumidor com gostos diferenciados vai passar pelo que ele vai querer

em uma economia que tem tudo para continuar bem”, projeta César. Como bem demonstrou a eleição presidencial deste ano, a democracia brasileira segue seu processo ascendente e de consolidação. Para enfrentar os problemas internos do País, não se faz necessário um hiper-presidencialismo, como em outras nações latino-americanas. Felizmente. ■



LULA DEIXA O GOVERNO COM POPULARIDADE EM ALTA, MAS SOFREU DERROTAS NO CONGRESSO. LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO SE MANTÊM FORTES

Liderança hesitante

Evolução da presença brasileira na economia e na política do planeta ainda depende de ajustes internos **Por Paulo Fortuna**

Ao tomar posse em janeiro, a presidente eleita Dilma Rousseff terá como desafio não somente garantir, internamente, que o País se mantenha na rota de crescimento de forma sustentável, mas, no campo externo, deverá lidar com uma nova perspectiva de liderança internacional diante do cenário que se desenha, no qual os Brics, sigla para o grupo de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia e China, passam a ter papel mais decisivo na orquestração global. Para especialistas presentes ao debate “Brasil como potência emergente: desafios e opções”, realizado pelo Conselho de Relações Internacionais da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São

Paulo (Fecomercio) em parceria com a Fletcher Scholl, dos Estados Unidos, é extensa a agenda de ações estratégicas a serem deflagradas pelo novo governo brasileiro. Todo o conteúdo desta reportagem foi extraído do evento ocorrido em 21 de outubro na sede da Federação, na capital paulista.

Na avaliação do presidente do Conselho de Relações Internacionais da Fecomercio, Mario Marconini, as discussões sobre indústria, taxa de câmbio e a crescente invasão mundial dos manufaturados chineses são pontos centrais para o futuro da economia brasileira e sua inserção na disputa mundial. Ele assinala, ainda, que o Brasil também deve procurar o seu próprio modelo de crescimen-



to, que pode se diferenciar, por exemplo, do adotado por países asiáticos. “A Ásia teve que aprender algumas lições que não precisamos repetir”, observa, referindo-se às crises enfrentadas por países da região no passado recente.

Para o embaixador Rubens Barbosa, que comandou a missão brasileira em Londres e Washington, é necessário que o País promova “mudanças profundas” para, de fato, exercer o papel liderança global. Segundo ele, a estratégia comercial adotada nos últimos oito anos pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tendo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à frente, não foi a mais adequada, ao dar prioridade a acordos multilaterais e não bilaterais.

“A estratégia de privilegiar as relações comerciais com novos mercados pode ter ajudado o Brasil por conta do cenário de crise nos EUA e na Europa, mas, para o longo prazo, deixar em segundo plano as maiores economias do mundo não é uma boa estratégia”, pontua. “E essa crise vai passar”, adverte o embaixador, destacando que hoje os Estados Unidos respondem por menos de 10% das exportações brasileiras.

Segundo Barbosa, é necessário que o Brasil também repense a questão da integração regional, ainda mais por conta de um novo fator, cada vez mais preocupante: a China vem elevando sua influência econômica na América Latina, inclusive concorrendo com produtos brasileiros. “Os chineses aumentam presença na região e disputam com o Brasil o espaço vazio deixado pelos EUA”, analisa o especialista, ao ressaltar que exercer um papel de comandante político e econômico, ainda que regional, não é uma tarefa tão simples. “Há muitas diferenças entre os

países da América Latina e elas vão se acen-tuar ainda mais se o Brasil continuar crescendo nos mesmos níveis dos registrados nos últimos anos.”

O Brasil terá pela frente, ainda, que decidir como atuará em um cenário no qual a hegemonia política e econômica, exercida há mais de um século pelos Estados Unidos e os países europeus, continuará definindo, enquanto a liderança geopolítica passa a ser exercida pelos países emergentes, tendo os integrantes dos Brics como indutores, acrescenta Pamela Cox, vice-presidente do Banco Mundial para América Latina e Caribe. Na visão dela, o Brasil “já é uma potência”, embora a especialista ressalve que o País ainda está num ponto crítico e há problemas a serem resolvidos. “É preciso investir no futuro. Não se pode depender somente do crédito público, as empresas precisam inovar e ter mais produtividade, e o País precisa investir pesadamente em infraestrutura e logística”, recomenda.

A executiva do Banco Mundial sugere também que o Brasil fortaleça o mercado de capitais doméstico, ao incentivar investidores locais, de forma a não depender excessivamente de recursos vindos do exterior. Essas mudanças, combinadas com apoio à educação e ao conhecimento, formarão, na visão de Pamela, a base a suportar a consolidação do País como uma potência definitiva. Ainda neste caminho, ela destaca que a expansão econômica nos últimos anos e o crescimento da classe média pode ser um fator positivo na cobrança de desempenho do próximo governo. “Uma classe média forte, como a que se consolidou no Brasil nos últimos anos, e que paga impostos, vai exigir responsabilidade por parte dos gestores públicos”, salienta.



Mario Marconini, presidente do Conselho De Relações Internacionais da Fecomercio

“AS DISCUSSÕES SOBRE INDÚSTRIA, CÂMBIO E A CRESCENTE INVASÃO DOS MANUFATURADOS CHINESES SÃO PONTOS CENTRAIS PARA O FUTURO DA ECONOMIA BRASILEIRA E SUA INSERÇÃO NA DISPUTA MUNDIAL”

A consolidação da classe média brasileira e, portanto, o fortalecimento do mercado de consumo brasileiro, é também enfatizado pelo reitor da Fletcher School, Stephen Bosworth, como um dos ingredientes a favorecer o País a se transformar em um dos centros de destaque econômico do planeta. “O Brasil ganha a dianteira porque incorporou milhões de pessoas à classe média, algo que os brasileiros deveriam se orgulhar”, afirma, ao engrossar o coro de Pamela Cox sobre a necessidade de o País aprofundar investimentos em infraestrutura e educação.

Bosworth, que também é conselheiro da Casa Branca para assuntos relacionados às Coreias, chama a atenção sobre o expansão da China no cenário global e as ações que o país tem realizado para manter seus altos níveis de crescimento. “A China está investindo fortemente em infraestrutura dentro do país e tem comprado jazidas e terras em diversas partes do mundo”, cita o reitor da Fletcher, ao analisar as ações estratégicas desenvolvidas pelos chineses para sustentar o crescimento da economia e o abastecimento do mercado interno.

Conjuntura

Ao analisar o cenário de curto prazo, o embaixador Rubens Barbosa levanta outro tema diretamente ligado à política externa do futuro governo: “o País precisa repensar as relações mantidas com países que não respeitam os direitos humanos”, numa referência à aproximação entre a diplomacia brasileira e iraniana.

O Irã, lembra Barbosa, é um dos motivos para o estremecimento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, somando-se à dis-



Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Londres e Washington: País necessita de mudanças profundas

puta no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) por conta dos subsídios aos produtores de algodão norte-americanos. O Brasil, após decisão da OMC, conseguiu o direito de aplicar contramedidas a produtos dos EUA. Ocorreram negociações para adiar as sanções, mas elas não prosperaram. “Estamos no meio de uma crise nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos”, ressaltou o embaixador. “É preciso repensar tudo para exercer um papel de liderança. Para isso, você tem que agir como líder e o Brasil não está agindo”, opina.

A competitividade do Brasil no cenário internacional, argumenta Barbosa, depende

“ESTAMOS NO MEIO DE UMA CRISE NAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS. É PRECISO REPENSAR TUDO PARA EXERCER UM PAPEL DE LIDERANÇA. O BRASIL NÃO ESTÁ AGINDO COMO UM LÍDER”

de mudanças estruturais na economia, caso do enfrentamento dos altos custos vividos pelas empresas brasileiras que são gerados, por exemplo, pelas deficiências no sistema de infraestrutura que encarecem os transporte de mercadorias. Adiciona o especialista que a agenda de avanços em infraestrutura se torna mais fundamental ainda por conta da realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas do Rio em 2016.

Outro ponto de inquietação relaciona-se ao câmbio e a contínua valorização do real ante o dólar, tema a ser encarado pelo próximo governo, por conta da deterioração das exportações e, sobretudo, das contas externas do País. “Precisamos urgentemente reduzir as despesas públicas e elevar o nível de poupança interna”, assinala.

Reformas

O presidente do Itaú Unibanco, Roberto Setúbal, entende que reformas mais profundas não sejam tão necessárias ou urgentes para elevar o Brasil ao status de potência, pelo menos para sustentar o elevado crescimento econômico de 2010 pelos próximos anos. “Com microrreformas setoriais, o País pode manter o ritmo de 7% de avanço do Produto Interno Bruto (PIB) por um bom tempo”, avalia o comandante do maior conglomerado financeiro privado brasileiro. Ele argumenta que há dificuldade prática para aprovação de grandes reformas no Brasil, caso da tributária, trabalhista e política. “Essas reformas causariam discussões intermináveis e o País pararia por meses. Ao final, poderiam nem alterar tanto as coisas”, sustenta executivo.

Além disso, o presidente do Itaú Unibanco pondera que reformas que exijam mudanças

“O BRASIL JÁ É UMA POTÊNCIA. NÃO SE PODE DEPENDER SOMENTE DO CRÉDITO PÚBLICO. AS EMPRESAS PRECISAM INOVAR E TER MAIS PRODUTIVIDADE, E O PAÍS PRECISA INVESTIR EM INFRAESTRUTURA”



Pamela Cox, vice-presidente do Banco Mundial para América Latina e Caribe

na Constituição demandariam uma imensa articulação política no Congresso Nacional, onde a base governista teria de ser maioria absoluta e, neste caso, da interferência direta do PMDB, o partido fiel da balança e que não costuma ter posição unificada.

Exatamente por isso, Setúbal prefere ressaltar que medidas pontuais já tomadas no Brasil tiveram grande efeito prático, inclusive no setor financeiro. “Veja o caso da criação do crédito consignado: produziu uma revolução em termos de crédito à pessoa física no Brasil”, exemplifica, ao adicionar a Lei das Falências como outro “grande avanço” promovido pelo País sem ter, necessariamente, que tratar de uma agenda de reformas profundas. “Não foi necessária uma reforma mais profunda para aprovar a Lei da Ficha Limpa, que barrou políticos condenados pela Justiça.”

Sobre o novo papel de liderança do Brasil e dos Brics no cenário global, Setúbal demonstra pouco otimismo. “O Brasil não está preparado para exercer essa liderança e os outros Brics também não”, opina, cético.

Internacionalização

Ainda que os desafios de inserção internacional e fortalecimento do Brasil sejam imensos, o embaixador Rubens Barbosa destaca que o processo de internacionalização das empresas brasileiras precisa, necessariamente, continuar avançando no próximo governo. Ele lembra, por exemplo, que no campo do agronegócio o País investiu em tecnologia e se tornou um *player* global. “O Brasil é o único país que pode abastecer o mundo com qualquer tipo de produto”, enfatiza.

Na mesma linha, Roberto Setúbal entende que as empresas brasileiras devem con-

tinuar ampliando seus esforços no exterior, embora ressalve que no setor financeiro o processo caminha mais lentamente. Especificamente no que se refere ao Itaú Unibanco, por exemplo, o executivo relata que a tendência é continuar olhando para operações na América Latina, mas a velocidade de expansão vai depender das oportunidades de comprar novos ativos nos outros países da região. “Um banco não é como uma indústria, que pode chegar a um país e começar a produzir do zero. É necessário comprar um ativo local para iniciar as operações já com uma base de clientes”, explica.

Para ele, as empresas devem se questionar por que precisam de operações no exterior. “O País cresce forte, o mercado consumidor está em clara expansão e as perspectivas são ótimas”, argumenta Setúbal. Ele admite, entretanto, haver casos em que as operações externas apresentam grande vantagem, citando nominalmente o caso do concorrente Santander, banco espanhol que tem forte presença no mercado brasileiro e na América Latina. “O Santander tem operações no Brasil e em outros países. Se estivesse apenas na Espanha seria um problema neste momento”, se referindo à crise enfrentada pelo país sede do seu concorrente. “Hoje, as operações do Santander em outros países são muito importantes”, complementa.

De toda forma, parece haver uma percepção de que o Brasil pode ter boas oportunidades para fortalecer sua presença internacional e consolidar-se como um líder definitivo entre as nações. Os caminhos para chegar lá são, porém, tortuosos e difíceis, como quase sempre acontece para aqueles que desejam aproveitar oportunidades que brotam. ■



Roberto Setúbal, presidente do Itaú-Unibanco

“COM
MICRORREFORMAS
SETORIAIS, O PAÍS PODE
MANTER O RITMO DE 7%
DE AVANÇO DO PIB POR
UM BOM TEMPO. NÃO FOI
NECESSÁRIA UMA REFORMA
MAIS PROFUNDA PARA
APROVAR A LEI DA
FICHA LIMPA”



“Jogos de Inverno transformaram Turim”

Presidente da Fondazione Teatro Stabile di Torino, controladora de seis teatros em Turim, relata os benefícios gerados para a cidade ao sediar os Jogos Olímpicos de Inverno de 2006
Por Jander Ramon e Adolfo Melito

Vice-presidente do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Inverno de Turim, na Itália, em 2006, a italiana Evelina Christillin é tida como a grande estrategista na conquista da cidade italiana para sediar o megaevento esportivo. Graduada em História Contemporânea pela Universidade de Turim, PhD pela Universidade de Bari; hoje ela preside a Fondazione Teatro Stabile di Torino, controladora de seis teatros em Turim. A experiência de realizar as Olimpíadas de Inverno trans-

formou a realidade local, afirma a especialista, gerando impactos não apenas na infraestrutura municipal, como também na autoestima da população. Nessa rápida conversa com **Conselhos**, Evelina, que está sendo sondada para liderar a candidatura de Roma para as Olimpíadas de 2020, relata os resultados obtidos pela cidade italiana e dá indicações de oportunidades a serem exploradas pelos brasileiros por conta da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.



VOCÊ TEM UM JEITO ESPECIAL PARA COORDENAR E ENVOLVER AS PESSOAS NA ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE MEGAEVENTOS?

1

Acho que minha experiência na equipe italiana de esqui foi útil para a ocasião e na forma como lidei com o trabalho de organização dos Jogos de Inverno. Como atleta, aprendi o que ser parte de uma equipe significa, sei a importância dos líderes e dos assistentes e quão significativo é um treinador para obter os melhores resultados. As habilidades de uma pessoa não fazem a diferença, mas permitem manter uma equipe, um time unido. Isso é provavelmente uma das razões principais para as quais o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, me convidou como oradora para o encontro anual da ONU: meu discurso foi “Construindo uma equipe vencedora”.

VOCÊ ESTÁ SENDO SONDADA PARA LIDERAR A CANDIDATURA DE ROMA PARA OS JOGOS OLÍMPICOS EM 2020. COMO A CIDADE DEVE AGIR E O QUE ROMA TEM A OFERECER PARA SAIR VITORIOSA NA DISPUTA COM OS OUTROS CANDIDATOS?

3

Foi um prazer discutir este assunto com o prefeito de Roma, Gianni Alemanno, mas eu não acho que vou liderar a candidatura de Roma. Cada ação é diferente e não acredito que, dessa vez, eu deva participar dessa operação. Claro que existem algumas habilidades e estratégias com as quais podemos sempre ajudar. Desde o início, em Turim, foi decidido contar com uma única pessoa – “uma voz, uma mensagem” – para dar imagem clara da mensagem. Temos que olhar com mais detalhes as candidaturas, processos, relações públicas, bem como colaborar com as instituições locais e ganhar o apoio do governo central.

COMO AS EMPRESAS PODEM LUCRAR COM MEGAEVENTOS? AS AÇÕES SÃO EXCLUSIVAMENTE DE MARKETING? O QUE MAIS ELAS PODEM FAZER?

2

O Comitê Olímpico Internacional conta e atua com seus próprios patrocinadores e o Comitê Organizador local não tem voz sobre eles. Mas um grande evento é uma inegável fonte de interesse para muitos tipos de parceria e patrocínio e representa oportunidades para as empresas. A atividade de apoio para o evento envolve com certeza um trabalho árduo por parte das empresas. A operação, obviamente, não pode sobreviver apenas da contribuição financeira paga para o evento: cada empresa deve, necessariamente, investir na promoção, se utilizando do evento como um veículo para a sua imagem, criando, por exemplo, ações relacionadas e campanhas publicitárias. Explorar essa oportunidade vai além de apenas apoiar o evento, mas também desenvolver ações próprias. O desafio está na capacidade de dar a visibilidade adequada à empresa e, ao mesmo tempo, explorar o esforço econômico de apoio ao evento e ao seu papel dentro de uma ampla gama de patrocinadores. Em Turim, percebemos ter sido plena a satisfação de todas as empresas patrocinadoras.

QUAL FOI O LEGADO DE INFRAESTRUTURA QUE TURIM OBTVEU COM A REALIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS DE INVERNO DE 2006? E QUAL FOI A IMAGEM PROJETADA DA CIDADE NO EXTERIOR?

4

Acredito que há muita clareza do legado de infraestrutura deixado pelos Jogos Olímpicos de Inverno de 2006. Muitos dos locais onde foram realizadas as competições tornaram-se ponto de referência para os cidadãos, pois foram construídos especificamente para serem reutilizados. Recentemente, a área “Oval” acolheu o “Salone del Gusto” e a Feira de Arte Contemporânea “Artissima”, e até mesmo o “Palaisozaki” (hoje conhecido como Palasport Olimpico), abrigou jogos de hóquei e shows de artistas conhecidos no mundo todo, como Bruce Springsteen e Cirque du Soleil, e deverá ser usado logo para um grande concerto da Lady Gaga. O sistema viário urbano foi melhorado, tornando o acesso mais fácil às montanhas e aliviando o congestionamento. As vilas olímpicas foram convertidas em campus universitário e os apartamentos usados pelos atletas foram vendidos. O aeroporto e as estações foram ampliadas permitindo maior acesso, conforto e facilidade aos turistas. Sobre o outro ponto, não é fácil escolher apenas uma imagem de Turim. Como costuma acontecer nesses casos, acho que o público que veio ao evento recebeu um número de elementos, uma atmosfera, uma imagem de dinamismo única e de grande vitalidade. Parece que o evento despertou uma nova vida e energia nos moradores da cidade. Normalmente reservados e reticentes, eles encontraram uma maneira de se expressar.

ALGUNS CRÍTICOS BRASILEIROS TÊM DITO QUE A REALIZAÇÃO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO PAÍS (COPA DO MUNDO DE 2014 E JOGOS OLÍMPICOS DE 2016) É ALTAMENTE RENTÁVEL PARA OS ORGANIZADORES (FIFA E COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL), MAS NEM TANTO PARA O BRASIL. QUAL É A SUA OPINIÃO SOBRE ISSO?

5

Evidentemente, não posso responder pela Fifa ou pelo COI, mas nossa experiência mostra exatamente o oposto. Atingimos o *break-even* e os resultados de Turim ainda são evidentes: o número de turistas triplicou em comparação com o ano anterior aos Jogos, o esforço comum cresceu na cidade de modo a permitir, por exemplo, o desenvolvimento do turismo de negócios, ecoturismo e, como já dito anteriormente, do legado de infraestrutura. Além disso, gostaria também de salientar que este grande evento ocorreu sem implicações nas contas públicas, ao contrário do que já aconteceu no passado com outras grandes cidades. Os Jogos também implicaram, indiscutivelmente, em um significativo aumento do conhecimento e do profissionalismo na cidade: nunca antes conseguiríamos gerir a situação que vivemos na última primavera, quando 2 milhões de turistas invadiram a cidade para a exposição do “Santo Sudário”.



A arbitragem

Após a promulgação da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que, para os casos nela mencionados, introduziu a arbitragem no Brasil, esse recurso tem sido, de mais em mais, utilizado como meio de solução de controvérsias, principalmente nas relações de coordenação, ou seja, naquelas em que os interesses econômicos e as relações negociais estão em jogo.

Embora de larga tradição no direito comparado, no Brasil entendia-se que as decisões das cortes arbitrais deveriam necessariamente passar pelo Judiciário, depois de proferidas, com o que não havia qualquer garantia de que iriam prevalecer.

O art. 5º inciso XXXV da Constituição – que está assim redigido: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;...” – assegura a todos o acesso ao Judiciário para garantia de seus direitos. À evidência, tal dispositivo permitia à parte que restasse insatisfeita com a decisão arbitral, suscitar provimento jurisdicional. Com isso, o instituto estava fragilizado, representando mais uma solução de boa-fé entre os participantes do que uma garantia de definitividade.

A própria Lei nº 9307/96 sofreu arguição de inconstitucionalidade, mas o Supremo Tribunal Federal (STF), ao conhecer da ação direta, houve por bem julgá-la improcedente, declarando o diploma constitucional. E agiu corretamente, na medida em que, se as partes, livremente, acordam que as divergências pactuais serão dirimidas por uma corte arbitral, tratando-se de direitos individuais disponíveis, tal deliberação deve, à nitidez, prevalecer, excluindo-se o recurso ao Judiciário.

Começaram a surgir inúmeras cortes arbitrais no Brasil após a promulgação da lei, apesar de a solução arbitral não pressupor que seja exclusivamente da competência de uma corte, visto que pode decorrer, até mesmo da escolha de uma pessoa física, pelas partes, para dirimir eventuais controvérsias que vierem a surgir entre elas – hipótese mais teórica do que prática.

No Juízo Arbitral há sempre necessidade de que conste, no contrato celebrado entre as pactuantes, uma cláusula compromissória prevendo a opção pela arbitragem para a solução de eventuais divergências, com

a indicação desta ou daquela corte arbitral ou de juízo singular, e o compromisso prévio de aceitar sua decisão para pôr termo a pendências surgidas entre ambas.

Sem cláusula compromissória, é difícil caracterizar a legitimidade do juízo arbitral, a não ser que, surgida a divergência, as partes expressamente optem por ele, o que, indiscutivelmente, não é fácil.

A arbitragem pressupõe duas formas. A mediação, na qual se busca uma solução de acordo entre as partes, ou seja, a conciliação dos interesses e direitos em jogo. Se fracassar essa forma de solução da controvérsia, o caminho é o juízo arbitral, em que o árbitro, de comum acordo, é indicado e cada parte escolhe seu próprio assistente, em processo que segue o rito quase judicial. Os procedimentos são, todavia, perfilados no regimento ou estatuto de cada corte, quase todos inspirados nos modelos internacionais.

Há audiências, diligências, fase probatória ampla, tomada de depoimentos, peritagens, sustentações escritas e orais e julgamento, que passa a ser definitivo.

A Fecomercio, o Sescon, a OAB de São Paulo e o Sebrae decidiram criar a sua corte arbitral, que, posteriormente, com o ingresso da Câmara Arbitral Internacional de Paris, foi lançada em 9 de setembro de 2010, com a presença dos presidentes das quatro entidades que a instituíram, mais o presidente da aderente Câmara Arbitral Internacional de Paris, o mais antigo instituto de arbitragem do mundo, fundado em 1926.

A nova corte arbitral já nasce com a dimensão de uma das maiores da América Latina, não só pela força das instituições que a criaram, mas por ser a representante, no Brasil, da Câmara Arbitral Internacional

de Paris, o que vale dizer, habilitada, desde o início, para atuar nas arbitragens em geral, seja para julgamento de pendências entre micro e pequenas empresas, seja para dirimir questões internacionais de grande porte, que chegam às cortes internacionais mais conhecidas, como aquela abrigada na Câmara de Paris.

Esta condição de representante da instituição francesa já tem sido veiculada diariamente por esta, em seu website e em comunicados, o que torna a Fecomercio Arbitral uma Corte de Arbitragem Global.

São as cinco instituições, no momento, representadas por Abram Szajman (Fecomercio), José Maria Chapina Alcazar (Sescon), Luiz Flávio Borges D’Urso (OAB-SP), Ricardo Luiz Tortorella (Sebrae-SP) e Baudouin Delforge (Câmara Arbitral Internacional de Paris), estando o Conselho Deliberativo da Fecomercio Arbitral assim constituído por mim (Ives Gandra da Silva Martins) e Cícero Harada, pela Fecomercio; Arnaldo Wald Filho e Jarbas Marchioni, pela OAB-SP; Regina Maria Borges Bartolomei e Marcelo Dini Oliveira, pelo Sebrae-SP; José Maria Chapina Alcazar e Terezinha Annéia, pelo Sescon; e George Niaradi e Lisiane Granha Martins de Oliveira, pela Câmara Arbitral Internacional de Paris.

Acreditam as cinco entidades, que, com a criação da Fecomercio Arbitral, estão prestando relevante serviço não só a seus associados, mas ao País, principalmente levando-se em consideração o corpo de árbitros em processo de escolha, que será integrado pelas maiores autoridades no campo das Ciências Jurídicas, Sociais e Técnicas no Brasil e no mundo. ■

Presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio



Serviços em saúde: vigorosos e saudáveis

Mercado privado de saúde no Brasil passa por reordenamento, promove investimentos, se fortalece como negócio e consolida perfil econômico de São Paulo como polo de serviços **Por Theo Saad**

Sobram razões para apostar que o investimento no setor privado de saúde no Brasil é um dos mais promissores para os próximos cinco anos. Aumento do emprego formal, crescimento da renda e da massa salarial e envelhecimento de uma população cada vez mais urbanizada são os principais fatores a sustentar a previsão, feita por profissionais da área. A cada dia mais empresas oferecem planos de saúde como benefício a seus funcionários, o que deve elevar significativamente a cobertura desse tipo de serviço que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), hoje alcança pouco mais de 26% dos brasileiros. A saúde está na lista de prioridades da nova classe média, ao lado de carro, eletrodomésticos, casa própria e viagens.

O mercado em ascensão deverá trazer mais capital, tanto local quanto internacional, para planos de saúde, fabricantes de equipamentos hospitalares e laboratoriais, laboratórios e hospitais – para estes, o dinheiro estrangeiro é proibido por lei. Analistas do setor esperam novas operações semelhantes à da aquisição do controle da Qualicorp pelo fundo de *private equity* norte-americano Carlyle Group (anunciada em julho deste ano e estimada pelo mercado em US\$ 1,9 bilhão), assim como investimentos próprios e abertura de capital na BM&FBovespa.

Uma operação altamente aguardada pelo mercado é a venda da Tempo Assist, de planos de saúde, odontológicos e de atendimento domiciliar (*home care*), entre outros. O bom momento do setor levou o controlador da Tempo, a gestora de recursos GP Investimentos, um dos fundos *private equity*

mais agressivos do mercado brasileiro, a “realizar o lucro”, como se diz no jargão financeiro. Em outubro, a GP anunciou a contratação de dois grandes bancos (BTG Pactual e UBS) para investigar as oportunidades de venda. Após o comunicado, a imprensa especializada publicou rumores de que a gigante United Healthcare, dos Estados Unidos, que há anos estuda ingressar no Brasil, encontrou a porta que procurava.

“Existem condições para novos IPOs (Oferta Pública Inicial, na sigla em inglês), mas é preciso primeiro profissionalizar”, resume Daniel Nascimbeni, gerente-sênior da PricewaterhouseCoopers (PwC). Segundo o especialista, o segmento de planos de saúde é muito pulverizado, com cerca de 1,5 mil empresas no País (apesar da fatia de 30% do mercado estar nas mãos de 10 planos), e os laboratórios precisam de mais capilaridade. A profissionalização vai ajudar a aparar essas arestas. “Com o aumento da demanda pelo *healthcare* (serviços de saúde), o retorno também deve ser maior. O setor continuará a experimentar uma consolidação, via fusões e aquisições”, projeta Nascimbeni.

Além das vendas da Qualicorp e da Tempo Assist, outros movimentos recentes do mercado reforçam a tese. Em 26 de outubro, o Dasa (Diagnósticos da América S.A.), maior laboratório do Brasil e listado na BM&FBovespa, comprou o rival Cerpe, um dos mais fortes do Nordeste, por R\$ 36,4 milhões. O tradicional Hospital São Luiz, de São Paulo, foi adquirido em setembro pela Rede D’Or e pelo BTG Pactual, do banqueiro André Esteves e, em 2009, 51,9% das ações da Medial foram assumidas pela Amil, por R\$ 625 milhões.

“COM O AUMENTO DA DEMANDA PELO HEALTHCARE, O RETORNO TAMBÉM DEVE SER MAIOR. O SETOR CONTINUARÁ A EXPERIMENTAR UMA CONSOLIDAÇÃO. QUEM NÃO INVESTIR, VAI SER ENGOLIDO PELA CONCORRÊNCIA”

Daniel Nascimbeni



Nascimbeni salienta que os movimentos de consolidação e de crescimento orgânico estão em curso nos três segmentos do setor: hospitais e centros de saúde, planos de saúde e odontológicos e laboratórios de imagens e de análises clínicas. “Quem não investir, não der conta de crescer e de se profissionalizar, vai ser engolido pela concorrência”, projeta. Para ele, a maior necessidade de profissionalização está nos hospitais. “A maioria ainda tem gestão familiar. Além disso, a estrutura hospitalar é muito mais complexa do que as dos planos de saúde, por exemplo”, analisa.

São Paulo é o exemplo mais marcante de que os administradores do segmento entenderam o recado. Além da venda do São Luiz, os demais hospitais tradicionais da cidade se profissionalizaram e estão investindo pesadamente. Samaritano, Sírio-Libanês, Albert Einstein, Bandeirantes, 9 de Julho e Beneficência Portuguesa, entre outros, constroem novas instalações e adquirem novos equipamentos ao custo aproximado de R\$ 2,6 bilhões. A capital paulista conta atualmente 21 mil leitos particulares, de um total de 34.875 vagas. Até 2015, serão pelo menos mais 1,4 mil novos leitos na rede privada, consolidando um dos perfis mais marcantes da metrópole focada no setor de serviços.

São projetos como o do Hospital Samaritano de São Paulo, conforme relata Sérgio Lopez Bento, superintendente-geral de Operações da instituição. Serão aplicados R\$ 123 milhões na construção do novo prédio, de 19 andares e 103 leitos, entre UTIs e quartos, além de centros de diagnóstico e cirúrgico e hospital-dia. Quando concluído, em 2011, o hospital vai gerar mais 600 empregos.



Sérgio Lopez Bento, superintendente de Operações do Hospital Samaritano

“EM SÃO PAULO, CERCA DE 60% DAS PESSOAS TÊM PLANOS DE SAÚDE E, PORTANTO, DEMANDAM ESSES SERVIÇOS. SÃO PAULO É UM OÁSIS”

O Hospital Sírio-Libanês é outro em expansão na capital paulista. Nos últimos três anos foram investidos R\$ 100 milhões para ativar por completo a área já erguida do hospital, que agora conta com 350 leitos comuns, 40 leitos em UTIs (antes eram 20) e 19 salas de cirurgia (eram 11), e para colocar em funcionamento o hospital-dia, com 13 leitos. “Vamos investir mais R\$ 700 milhões nos próximos três anos na nova torre, que terá mais 200 leitos, 60 UTIs e 14 salas de cirurgia”, antecipa Gonzalo Vecina Neto, superintendente Corporativo do Sírio-Libanês. A nova construção contará com mais quatro mil empregados diretos, quase dobrando o contingente atual.

Os representantes do Samaritano e do Sírio veem as mesmas razões para expandir. “Os investimentos estão sendo feitos para melhor atender o aumento da demanda”, simplifica Vecina Neto. “A renda está aumentando e esse crescimento significa mais serviços de saúde. Isso vai continuar nos próximos anos”, complementa. Nascimbeni, da PwC, ressalta que os planos de saúde têm tido alta de carteira de clientes de pelo menos 5% ao ano nos últimos cinco anos (o número de usuários saltou de 33 milhões para 43 milhões). Sérgio Lopez Bento, do Samaritano, adiciona a esse caldo um ingrediente regional. “Em São Paulo, cerca de 60% das pessoas têm planos de saúde e, portanto, demandam esses serviços”, sustenta. “São Paulo é um oásis.”



Gonzalo Vecina Neto, superintendente Corporativo do Sírio-Libanês

“RECEBEMOS MUITOS PACIENTES DA AMÉRICA LATINA, PRINCIPALMENTE DO URUGUAI E DO PARAGUAI, E TAMBÉM DA ÁFRICA E DO ORIENTE MÉDIO, FORA OS EXECUTIVOS DE MULTINACIONAIS AQUI NO BRASIL”

Os especialistas sublinham que a expectativa de vida da população está cada vez maior. Segundo pesquisa do IBGE feita no ano passado, a expectativa aumentou três anos na comparação com o levantamento de 1999, tendo chegado aos 73,1 anos, na média entre homens (69,4 anos) e mulheres (77 anos). Também a parcela idosa da população brasileira está maior, o que se justifica tanto pelo aumento da expectativa de vida quanto pela menor taxa de fecundidade. A estatística oficial mostra que os idosos passaram de 3,9% (6,4 milhões de pessoas), do total em 1999, para 5,1% (9,7 milhões), no ano passado.

E a tendência é de esse estrato continuar crescendo. Segundo cálculos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), em 2025 São Paulo terá mais do que o dobro do número atual de moradores com mais de 50 anos: passarão de 1,826 milhão de habitantes para 3,685 milhões.

Se, por um lado, as empresas de saúde terão demanda garantida, por outro os desafios administrativos serão maiores. “Cerca de 80% dos gastos com saúde de quem vive 80 anos são feitos depois dos 50 anos”, revela Reynaldo Goto, gerente de marketing da Siemens Healthcare no Brasil. Por isso, os planos têm de ter uma gestão profissional para acumular gordura quando o usuário ainda é novo e não apresenta doenças crônicas, típicas da velhice, para poder ter sobra na hora de cuidar dos mais velhos (o que exige sinistralidade abaixo dos 75%, ou seja, que os custos não ultrapassem 75% da arrecadação mensal do plano do grupo, para que os demais 25% arquem despesas administrativas, comerciais e lucro). “Por isso, a prevenção das doenças e, por consequência, o diagnóstico preciso e precoce, são hoje as

melhores armas dos planos de saúde e hospitalares para manter os custos”, salienta Goto.

A Siemens Healthcare assiste de camarote a essa briga pelas fatias mais saborosas do mercado de saúde no Brasil e procura fornecer cerejas para todos os bolos. “A questão do poder aquisitivo é uma peculiaridade do Brasil, mas no mundo todo tem ocorrido transformação, com fusões e aquisições em laboratórios diagnósticos. Envelhecimento da população e maior urbanização trazem maiores desafios para a área médica, com aumento dos custos com saúde no longo prazo. Por isso a busca por sinergias”, explica Goto. Segundo o gerente da Siemens, grupos consolidados têm mais capacidade de investimento e procuram, assim, oferecer o que existe de mais avançado em diagnóstico e em intervenções cirúrgicas.

A própria Siemens Healthcare gastou para se consolidar como fornecedora de equipamentos laboratoriais e hospitalares. Comprou, por cerca de R\$ 30 bilhões, a Bayer Diagnostics, a Dade Behring e a Diagnostic Products Corporation em 2007. Com mais capacidade de pesquisa e investimento, aposta hoje na fusão de dois mundos do diagnóstico: o bioquímico e o eletrônico. São equipamentos de escaneamento do corpo que leem marcadores químicos injetados no paciente para ressaltar determinada anomalia. “Mais do que equipamentos, são procedimentos que unem esses dois mundos. Um exemplo é a ultrassonografia associada a exame de sangue, que dá 95% de confiabilidade no diagnóstico de Síndrome de Down”, explica o gerente da Siemens Healthcare.

Todos os profissionais consultados por **Conselhos** avaliam que os investimentos privados continuarão fluindo nos próximos



Reynaldo Goto, gerente de Marketing da Siemens Healthcare no Brasil

“A PREVENÇÃO DAS DOENÇAS E, POR CONSEQUÊNCIA, O DIAGNÓSTICO PRECISO E PRECOCE, SÃO HOJE AS MELHORES ARMAS DOS PLANOS DE SAÚDE E HOSPITAIS PARA MANTER OS CUSTOS”

anos e que, uma vez que a campanha eleitoral deixou claro que saúde é prioridade para o brasileiro, os aportes públicos tendem a aumentar (inclusive por meio de Parcerias Público-Privadas, como nos casos de Salvador, onde um hospital público já é operado pela iniciativa privada, e Belo Horizonte, onde um edital foi lançado em outubro).

Com o mercado navegando de vento em popa, a especialização do corpo clínico brasileiro e a acreditação internacional de cerca de 300 hospitais, o Brasil é hoje um dos principais destinos do turismo da saúde, que movimenta US\$ 60 bilhões anualmente no planeta. “Recebemos muitos pacientes da América Latina, principalmente de Uruguai e Paraguai, e também da África e do Oriente Médio, fora os executivos de multinacionais aqui no Brasil. Cerca de 2,5% a 3% dos nossos pacientes são estrangeiros”, informa Gonzalo Vecina Neto, do Sírio-Libanês. O hospital anuncia esporadicamente no exterior e conta com o boca a boca, além dos custos competitivos, para que esse percentual aumente. “Nunca vai ser nossa fonte principal de renda, mas é uma excelente complementação”, define Vecina Neto.

O Samaritano de São Paulo vive realidade parecida. “Cerca de 1% da receita e 3% dos atendimentos vêm dessa fonte. A vantagem para o paciente é a economia de tempo, quando comparado à Europa, e de custo, quando equiparado aos Estados Unidos, mesmo com o dólar baixo”, ressalta Sérgio Lopez Bento. Ele compara: “Nos EUA, o gasto anual per capita com saúde é de US\$ 7 mil. Por aqui, em torno de US\$ 700”. Não deixa de ser um parâmetro do terreno que o Brasil ainda pode conquistar para melhorar a saúde do cidadão. ■

“Quantos administradores públicos fizeram curso de gestão?”

Presidente do TCU relata as mudanças de processos, eficiência do órgão e propõe a criação de um sistema integrado de ensino de Administração Pública para gestores eleitos nas urnas
Por Marcus Barros Pinto, enviado especial a Brasília

O ministro Ubiratan Aguiar, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) é, em última instância, o cidadão responsável por evitar o desperdício dos gastos públicos no País. E tem desempenhado um papel fundamental para o bom desenvolvimento da economia brasileira: ao ser inapelável com a má-gestão dos recursos públicos, tenta conter a insaciável cobiça governamental por receitas, a ponto de o órgão já ter sido taxado como “inimigo do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC)”. Com a experiência política de quem já foi vereador,

deputado estadual e federal, o ministro Aguiar se desvencilha dos ataques políticos e segue gerindo o Tribunal com inovação. Mudou processos internos, digitalizou informações e tem treinado servidores de todo o País para que executem corretamente suas funções. Ao falar a **Conselhos**, Aguiar propôs uma revolução: exigir que todos os gestores públicos, antes de serem eleitos, se formem em Administração Pública na universidade que o TCU se propõe a criar em conjunto com outras entidades. Os principais trechos da entrevista, a seguir.



Conselhos – O TCU TEM DESENVOLVIDO UM PAPEL ESTRATÉGICO NO PAÍS AO PRESERVAR AS CONTAS PÚBLICAS. COMO O ÓRGÃO TEM SE INSTRUMENTALIZADO EM TERMOS DE CAPITAL HUMANO?

Ubiratan Aguiar – Tenho alegria em verificar que o Tribunal tem caminhado muito nessa linha, com algumas ações até inovadoras, se imaginarmos a área do serviço público. Introduzimos, dentro de uma meta nova, que era a redução do estoque de processos, o que se convencionou internamente chamar de ‘teletrabalho’. Significa dizer que 30% dos nossos servidores podem se inscrever nesse programa, e, em sendo aproveitados, sabem que ficarão supervisionados e podem ser chamados a qualquer momento, mas podem trabalhar em seu escritório, em casa, no seu escritório, enfim, em qualquer local. Desde que isso represente, sem perda de qualidade, um aumento de produtividade nunca inferior a 30%. Descobrimos nichos importantes, como a mulher que tem criança pequena, que está com o corpo no local de trabalho e a cabeça no cuidado do filho, e, segundo, evita o estresse que o trânsito das grandes cidades provoca. Apostamos também no mérito, com o programa ‘ReconheSer’, um ranking com pontos dados aos servidores. À proporção que essa pontuação vai subindo, eles vão ganhando patamares mais elevados, tendo prioridade para os concursos de remoção, para cursos de capacitação. Num patamar mais elevado, que chamo de banco de excelência, ali estão aqueles que mostraram competência, dedicação ao serviço, liderança sobre o grupo e capacidade para assumir uma chefia.

“DE 11 MIL
PROCESSOS QUE
TÍNHAMOS, EM JANEIRO
DE 2009, PARA SEREM
INSTRUÍDOS NAS DIVERSAS
UNIDADES TÉCNICAS
DO TRIBUNAL, QUER
NA SEDE QUER NOS 27
ESTADOS, HOJE, ESTAMOS
COM 433”

Conselhos – QUAL FOI O GANHO DE PRODUTIVIDADE OBTIDO?

Aguiar – Medidas como essas e outras fizeram com que pudéssemos ostentar alguns números que nos orgulham. De 11 mil processos que tínhamos, em 1º de janeiro de 2009, para serem instruídos nas diversas unidades técnicas do Tribunal, quer na sede, quer nos 27 Estados, hoje, estamos com praticamente 433. As medidas trouxeram agilidade, eficiência e efetividade dessas ações.

Conselhos – NESSE SENTIDO, O TRIBUNAL DE CONTAS FUGE DA MÁXIMA DE “CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU”. COMO É QUE VAI FISCALIZAR OS OUTROS SE NÃO TEM ORGANIZAÇÃO E EFICIÊNCIA EM CASA?

Aguiar – E, se olhar nossos dirigentes,



o quadro é de excelente nível, graças a Deus todos concursados. E concursos difíceis. Mantemos parcerias e intercâmbios com outros países. O Brasil já se qualificou tanto, que hoje o TCU preside o Comitê de Gestão e Desempenho da Intosai, que é a entidade que congrega os tribunais de contas do mundo todo. A nossa política de auditoria foi considerada de excelência, e então nos entregaram a presidência desse comitê, como também presidimos na área de meio ambiente e biodiversidade.

Conselhos – JÁ SE AVANÇOU NA DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESSOS INTERNOS?

Aguiar – Temos algo que é novo dentro do cenário da administração pública brasileira, comparáveis com a iniciativa priva-

da. A sociedade exige essa agilidade. Um dado apenas desse processo eletrônico: quando fui escolhendo os que iam compor a equipe, ao chamar os dirigentes da Secretaria de Tecnologia, disse que primeiro queria implantar o processo eletrônico, transformar o Tribunal num tribunal virtual. Mas a primeira das metas seria acabar com o modelo que se adotava para os pedidos de vista. Então, você é advogado, está em São Paulo, o processo estava aqui sendo examinado. Você pedia vista do processo. Parava-se, então, de se examinar o processo, pegava, às vezes, 30 volumes, fazia um malote e mandava pelo correio para a secretaria em São Paulo, para poder dar vista às partes. Havia riscos de extravio e outros problemas. Eu trabalho com palavrinhas mágicas: meta

e prazo. Propus que em 90 dias deveria acabar com esse passeio dos processos com pedido de vista. Desde 30 de junho de 2009, acabou-se por completo o passeio de processos e passou a ser senha eletrônica. Hoje, se você é parte e quer ter acesso, solicita vistas do processo, recebe uma senha e você acessa o processo.

Conselhos – MINISTRO, VAMOS FALAR DE REFORMA FISCAL. A FUNÇÃO DO TRIBUNAL, DE ALGUMA FORMA, É REDUZIR O GASTO PÚBLICO OU TORNÁ-LO MAIS EFICIENTE. O SENHOR CONSIDERA ASSIM?

Aguiar – Considero. E digo mais: o TCU talvez tenha sido uma das instituições que tem passado por um processo de evolução muito acelerado. Saímos da fase que ficávamos enclausurados e não nos comunicávamos com o mundo ao redor. Como vou falar ao gestor que deva proceder dessa ou daquela maneira se não conheço a sua realidade? Como posso pedir o apoio do setor privado, daqueles empresários que atuam? Como vamos fazer controle, nesse País, se não sensibilizarmos a sociedade para o controle social? Não há de se esperar que com 1,5 mil auditores teremos condições de cobrir cerca de 12 mil órgãos que são jurisdicionados pelo Tribunal. A imprensa tem sido um grande marco de apoio do TCU, no momento em que ela denuncia, que traz fatos, no momento em que nos apoia, quando somos pressionados.

Conselhos – E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) AMPARA SUAS AÇÕES.

Aguiar – Não é simplesmente fechar o balanço entre receita e despesa. O marco

da LRF foi de excelência na legislação brasileira. Mas estamos indo além. Também não é só olhar se fecha o balanço entre despesa e receita, mas a qualidade do emprego do recurso. Esse dinheiro está sendo bem empregado, está alcançando os objetivos, a finalidade? As despesas de custeio estão se mantendo dentro daquilo que é possível? Quanto mais investimento e menos custeio, significa mais desenvolvimento. O Tribunal atua, orienta, previne, discute. Vai além dos aspectos contábeis: saiu da auditoria contábil para a auditoria operacional, de resultados.

Conselhos – ISSO TAMBÉM DEVE AJUDAR NA EFICIÊNCIA DO GESTOR.

Aguiar – Os acórdãos de auditoria, posso dizer sem medo de errar, que 70%, no mínimo, caminham na direção de determinações e orientações. Há ação pedagógica do Tribunal. Talvez 30% vá na linha da sanção, aplicação de multas, ressarcimento de recursos que foram apropriados indevidamente, notas de improbidade administrativa.

Conselhos – NESSE SENTIDO, QUANDO SE DISPUTA UM CARGO ELETIVO, PRINCIPALMENTE PARA O EXECUTIVO, IMAGINA-SE QUE OS CANDIDATOS JÁ CONTAM COM ALGUMA EXPERIÊNCIA ADMINISTRATIVA, MAS O PAÍS TEM MAIS DE 5,5 MIL MUNICÍPIOS. COMO O TCU PODE AUXILIAR DE FORMA PREVENTIVA ESSES GESTORES?

Aguiar – Vamos encerrar o exercício de 2010 com 21,5 mil servidores municipais, estaduais ou federais que participaram de cursos oferecidos pelo nosso instituto de formação, que é o Instituto Serzedello Corrêa. São cursos sobre licitações,

“DOS ACÓRDÃOS DE AUDITORIA, 70%, NO MÍNIMO, CAMINHAM NA DIREÇÃO DE DETERMINAÇÕES E ORIENTAÇÕES. HÁ AÇÃO PEDAGÓGICA DO TRIBUNAL. TALVEZ 30% VÃO NA LINHA DA SANÇÃO, APLICAÇÃO DE MULTAS, RESSARCIMENTO DE RECURSOS QUE FORAM APROPRIADOS INDEVIDAMENTE, NOTAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA”



contratos, convênios, tomada de contas especiais, prestações de contas. Firmamos um convênio com o Ministério da Educação, Instituto Serzedello Corrêa e as universidades públicas brasileiras com o objetivo de propiciar, através da universidade aberta, ensino a distância e avaliação presencial, cursos para servidores públicos em gestão pública; e para reavaliar os cursos de graduação em Administração Pública. Não adianta formar um bacharel em Administração Pública e trazê-lo com toda a doutrina do mundo e sem nenhuma prática, sem saber redigir um convênio, sem saber como se faz um contrato ou como se elabora uma prestação de contas. Queremos reformular os conteúdos programáticos dos cursos de Administração Pública. Mais ainda, na pós-graduação, para aqueles que já são graduados, cursos de especialização em gestão pública.

Conselhos – QUAL É A META?

Aguiar – Daqui a cinco ou seis anos, o timing será decidido pela própria Administração, almejamos ter alguma lei que diga que só pode exercer cargo de gestão pública quem tenha participado de curso nessa área. Segundo, temos excelentes órgãos que promovem treinamentos e cursos, como ENAP, ESAF, Escola de Magistratura, Escola do Ministério Público e Instituto Serzedello Corrêa. Por que todos esses institutos não convergem para uma universidade pública focada, direcionada para a gestão pública? Temos, inclusive, terreno aqui próximo, no Lago Sul. Eu disse que estou dando apenas um pontapé inicial, pois meu sonho era ter viabiliza-

do essa universidade focada na gestão pública. Hoje, se olhar os presidentes dos Três Poderes, os ministros de Estado do Executivo, os presidentes dos tribunais superiores, os reitores das universidades, os comandos militares, todos que ocupam cargo de gestão, quantos passaram por um curso de gestão pública? Aí, vamos para o jeitinho brasileiro. Sou presidente do TCU e não posso conhecer tudo da gestão pública. É melhor, então, para que eu não seja apenado, transferir isso para um ordenador de despesas, transferindo também a responsabilidade. Aí vem a mesma pergunta: e os ordenadores de despesas, têm cursos de gestão pública? Está transferindo-se apenas o ônus para esse cidadão.

Conselhos – QUANTO A AÇÃO DO TCU TEM ECONOMIZADO AOS COFRES PÚBLICOS?

Aguiar – No ano passado, fizemos uma economia, em favor do Estado brasileiro, de R\$ 23,8 bilhões. Isso significou que para cada real empregado no Tribunal, devolvemos R\$ 18,6. Esse é nosso relatório de atividades do ano que passou.

Conselhos – ÀS VEZES, PELA AÇÃO DO TCU, FICA UMA SENSAÇÃO PARA A SOCIEDADE DE QUE HÁ MAIS PROBLEMAS HOJE. HÁ, DE FATO, OU EXISTE MAIS VISIBILIDADE DE UMA AÇÃO EFETIVA DO TRIBUNAL, O QUE É UMA MELHORIA PARA A SOCIEDADE, NA PRÁTICA?

Aguiar – Poderia dizer que hoje os órgãos se aperfeiçoam. Implementamos agora o Cadcon, o cadastro daqueles gestores que praticaram ilícitos administrativos. A esse cadastro, inicialmente voltado para gestores que praticaram ilícitos adminis-

“ PROCURAMOS FAZER COM QUE A SOCIEDADE TENHA VISIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES, PARA IMPEDIR QUE GESTORES QUE PRATICARAM DOLO, QUE PROCURARAM SE LOCUPLETAR, NÃO OCUPEM MAIS CARGOS PÚBLICOS ”

trativos, depois de terem sido suas contas julgadas e transitadas em julgado, que não cabem mais recursos aqui no Tribunal, recebemos o apoio do Conselho Nacional de Justiça, que nos disponibiliza o cadastro dos que foram julgados por improbidade administrativa; e da Controladoria Geral da União (CGU), que repassa o cadastro das empresas julgadas e consideradas inidôneas. Isso é colocado no nosso portal de internet. Procuramos fazer com que a sociedade tenha visibilidade desses dados, para que possamos ter conhecimento para impedir que gestores que praticaram dolo, que procuraram se locupletar, não possam ocupar mais cargos públicos. ■



Perigo cada vez mais real no mundo virtual

Utilização da internet esconde perigos para famílias, empresas e já possibilita até mesmo a deflagração de uma guerra cibernética Por Raphael Ferrari

No próximo século, a Terra terá a sua consciência coletiva suspensa sobre a face do planeta, em uma densa sinfonia eletrônica, na qual todas as nações – se ainda existirem como entidades separadas – viverão em uma teia de sinestesia espontânea, adquirindo penosamente a consciência dos triunfos e mutilações de uns e outros.” O trecho do livro *Aldeia Global*, escrito por Marshall McLuhan e Bruce Powers quatro anos antes do engenheiro Timothy Berners-Lee criar a *World Wide Web* (o famoso *www*), em 1986, apesar do tom catastrófico, é um retrato fiel da vida moderna.

Quem, hoje, conseguiria imaginar a vida sem as facilidades do computador? Seja para trabalho, estudo, comunicação, ou mesmo para diversão, a informática e a internet, em especial, se tornaram bens essenciais, ligando automaticamente as pessoas ao redor do globo. Contudo, intrínseco às facilidades, surgiram novos problemas debatidos em profundidade durante o “II Congresso de Crimes Eletrônicos e Formas de Prevenção”, realizado pelo Conselho Superior de Tecnologia da Informação da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio) nos dias 27 e 28 de setembro, na sede da entidade, na capital paulista. Todo o conteúdo desta reportagem foi extraído deste encontro.

Somente na cidade de São Paulo, mais de um milhão de pessoas já foram vítimas de algum tipo de fraude eletrônica. Este é o dado destacado pelo presidente do Conselho, Renato Opice Blum, que assegura: “apesar do número, o Brasil é referência em segurança na internet”. Para ele, o motivo para tanto é simples: o crescente temor do brasileiro em realizar compras e fornecer da-

dos pessoais na internet. “Este receio não é negativo. Significa, na realidade, uma preocupação maior com a segurança”, esclarece.

A percepção é confirmada por dados da Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista (PCCV), realizada pela Fecomercio em parceria com a consultoria e-bit, e revela que, em 2010, o comércio eletrônico do País já supera as vendas de shopping centers da Grande São Paulo. “Desde 2008, o *e-commerce* cresceu 60%”, aponta Blum. “Em 2011, o faturamento deste segmento será maior do que o das lojas de departamento da Região Metropolitana de São Paulo”, projeta.

A lógica dos números indica que, em poucos anos, as lojas físicas de varejo se tornarão grandes mostruários. Ao menos está é a visão defendida pela diretora de Planejamento Estratégico, Financeiro e Tecnológico do Banco PanAmericano, Juliana Kfourri. “Você vai poder olhar o produto na loja, voltar para casa e comprá-lo com desconto pela internet”, especula Juliana. “Ah, e sem pagar frete pela entrega.”

Apesar do vigor com que cresce o comércio eletrônico, ainda existem algumas barreiras a serem quebradas, como a “síndrome do carrinho abandonado”. “De cada 100 pessoas que acessam um site de compras, 25 carregam o carrinho, mas somente três passam pelo caixa”, relata Graça Sermoud, diretora e editora-chefe da Conteúdo Editorial.

A segurança, ou a falta dela, continua sendo, entretanto, a principal barreira para o crescimento do *e-commerce* e mesmo da utilização da internet. Em geral, a relação dicotômica mantida com relação à privacidade é o motivo de grandes debates e enormes polêmicas. “As pessoas acreditam que é preciso abrir mão da privacidade para ter se-



Renato Opice Blum, presidente do Conselho Superior de Tecnologia da Informação da Fecomercio

“SOMENTE NA CIDADE DE SÃO PAULO, MAIS DE UM MILHÃO DE PESSOAS JÁ FORAM VÍTIMAS DE ALGUM TIPO DE FRAUDE ELETRÔNICA. APESAR DO NÚMERO, O BRASIL É REFERÊNCIA EM SEGURANÇA NA INTERNET. O RECEIO DO BRASILEIRO NÃO É NEGATIVO. SIGNIFICA UMA PREOCUPAÇÃO MAIOR COM A SEGURANÇA”

gurança”, explica o consultor de TI e pesquisador do assunto na Universidade Central Europeia, Cedric Laurent. “A verdade é que um não existe sem o outro.”

Segundo o engenheiro Demi Getschko, um dos pais da internet no Brasil, Laurent não poderia estar mais certo, já que o aumento de exigências na rede não significa mais segurança, e sim mais controle. “Você não pode tentar controlar a rede”, avisa Getschko. “A rede é leve e simples, e precisa ser assim. Se você quer um filtro ou mais segurança, deve investir em dispositivos para o seu computador.” A ideia por trás do raciocínio é simples: a web é um sistema global e as deformações locais não funcionam bem, pois os usuários sempre terão a opção de utilizar um servidor que não esteja preso à legislação específica. “Os mecanismos de segurança precisam ser aplicados na ponta, para aqueles interessados neles, não à rede como um todo”, reforça Luiz Flávio D’Urso, presidente da Seccional São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP).

Para lidar com a questão, o marco civil para a internet no Brasil procura criar uma série de princípios, ao invés de impor leis rígidas que não conseguiriam acompanhar a constante evolução do setor. “A verdade é que mais do que leis, precisamos de educação”, sentencia o presidente da Comissão de Alta Tecnologia OAB-SP, Coriolano Camargo.

Paralelamente, o vice-presidente do Conselho Superior de Tecnologia da Informação da Fecomercio, Rony Vainzof, garante que o Brasil já possui arcabouço legal abrangendo diversas práticas ilícitas realizadas na internet, e é categórico ao afirmar que, quando o assunto é legislação, os pontos positivos são infinitamente superiores aos negativos. Na



Juliana Kfour, diretora do PanAmericano

“DENTRO DE POUCOS ANOS, AS LOJAS FÍSICAS SERÃO GRANDES MOSTRUÁRIOS. VOCÊ VAI PODER OLHAR O PRODUTO NA LOJA, VOLTAR PARA CASA E COMPRÁ-LO COM DESCONTO PELA INTERNET E SEM PAGAR FRETE”

opinião de Vainzof, o que realmente falta é uma lei de mera conduta condenando a disseminação de códigos maliciosos, os chamados *malwares*.

Conforme destaca o vice-presidente do Conselho, são poucos os pontos em que uma atualização da legislação vigente se faz necessária e, mesmo nesses casos, as alterações seriam mínimas. Para ele, aumentar a pena máxima para crimes contra a honra e crimes de concorrência desleal seria uma solução adequada. “Quando estas leis foram feitas, uma difamação não tinha o potencial destrutivo que tem hoje com a capacidade de divulgação que a internet possibilita”, explica.

No entanto, o tema mais sensível da regulamentação é a exigência da guarda de registros eletrônicos. “Atualmente, existe a recomendação de que se preservem esses registros pelo período de três anos, mas como não há nenhuma lei regularizando o assunto, muitos provedores descartam os dados”, relata o especialista da Fecomercio. A questão ainda tem outro agravante. O projeto do marco civil sugere que os registros eletrônicos só seriam guardados se o usuário autorizasse o provedor a fazê-lo. Uma medida que Vainzof só consegue categorizar como “lamentável”, já que, nas palavras dele, “é claro que ninguém que tenha más intenções vai autorizar o registro dos próprios crimes”.

Família e trabalho

Na prática, todas essas questões se refletem em preocupações tanto em casa quanto no ambiente de trabalho. Sidnei Martini, professor do Departamento de Engenharia

da Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), resume o assunto ao afirmar que “os dispositivos tecnológicos têm potencial para serem utilizados em estudos ou diversão, mas também para realizar crimes”.

O importante é saber olhar as coisas em perspectiva. “Quando vemos o rosto bonito de uma jovem, consideramos virtuoso. Já em outra parte do mundo, este rosto descoberto é um atentado”, exemplifica. “Me pergunto se não estamos diante de uma situação semelhante com a internet. Será que sabemos olhar a relação que nossos filhos e netos têm com a rede de computadores?”, indaga Martini.

Não. Esta é a resposta óbvia para o professor Adrian Kemmer Cernev, da Escola de



Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). “Enquanto a internet é relativamente nova para nós, as novas gerações já nasceram com ela.” Todavia, Cernev garante que esta preocupação deve desaparecer rapidamente, uma vez que “o acesso à rede será algo tão constante que não vai haver como se preocupar com isso o tempo todo”.

A visão de Cernev é uma realidade que está cada vez mais próxima. “Os jovens entre 10 e 23 anos acessam a internet mais de cinco vezes por semana”, relata a coordenadora do Laboratório de Estudos em Ética nos Meios Eletrônicos da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Solange Barros. Ainda segundo ela, o lado preocupante desta questão é que “as escolas não estão cumprindo seu papel, tanto no que diz respeito

a mostrar os perigos da internet, quanto em explorar o potencial da rede para enriquecer a vida dos jovens”.

Neste cenário, mais do que instalar medidas tecnológicas para garantir a segurança, como *firewalls* e antivírus, o ponto sensível a ser trabalhado é a confiança. O fundamental é garantir que todos entendam a importância de se preservar informações vitais. “Pode parecer estranho, mas muitas pessoas não têm consciência de que não se deve disponibilizar, por exemplo, endereços e telefones na internet”, afirma o delegado de Polícia do Departamento Estadual de Investigações Criminais do rio Grande do Sul, Emerson Wendt.

Já quando se foca o mundo corporativo, o tipo de informação que deve permanecer em segredo é diferente, mas a atenção deve



Raphael Mandarino Jr., do Gabinete da Presidência da República

“ A SEGURANÇA NÃO PODE SER TRATADA DE FORMA ISOLADA. NÃO ADIANTA CUIDAR DO COMPUTADOR, ATUALIZAR O ANTIVÍRUS E ESQUECER-SE DE FISCALIZAR O DEPARTAMENTO DE CÓPIAS E A PORTARIA ”

ser a mesma, já que, segundo Maurício Fiss, sócio da ICTS Global, “23% dos trabalhadores divulgam na internet informações confidenciais da empresa onde trabalham”. Nesses casos, os gestores das organizações precisam entender que, tão importante quando a TI é a política de uso da internet.

Segundo o diretor de Segurança da Informação da PricewaterhouseCoopers (PwC), Antônio Gesteira, somente 50% das empresas brasileiras definiu um código para o uso do computador e da internet. Mais alarmante é o fato de que grande parte das empresas só investe em segurança por obrigação, e não por considerar o assunto um ponto estratégico. “Em 2010, entre 5% e 15% de todos os recursos gastos com tecnologia são destinados à segurança”, critica Rodrigo Moura, country manager da AlertBoot.

A guerra do futuro

Frente à realidade atual, onde as inovações tecnológicas são cada vez mais constantes e nos tornamos dependentes do mundo digital, também as guerras e demais disputas estão atingindo um novo patamar. Ainda que os alvos sejam os mesmos. “A guerra cibernética, ou *cyberwar*, é igual a qualquer guerra moderna. Há muito tempo o objetivo deixou de ser incapacitar os soldados do inimigo. O que se busca é inviabilizar a utilização dos seus recursos”, analisa o coronel João Rufino de Sales, chefe da Assessoria em Tecnologia da Informação do Departamento de Engenharia e Construção do Exército. “A única diferença é o campo onde é travado o combate.”

O coronel faz questão de destacar a diferença entre guerra da informação e cy-



berwar, explicando que a primeira se trata de algo que está intimamente ligado ao tecido social, uma ação cotidiana, que não envolve o Exército e tem como objetivo reforçar ou conquistar conhecimento, sem causar qualquer inconveniência para os adversários além do próprio crescimento. Já a *cyberwar* é uma questão mais estratégica. “A TI é usada para atrapalhar o oponente, destruindo, tomando controle ou impedindo um oponente de usar seus recursos ao mesmo tempo em que defendemos os nossos”, explica Sales. Contudo, os ataques cibernéticos ainda são uma arma insegura. “Se eu lançar um ataque virtual, nada me garante que, acidentalmente, o *malware* usado não destruirá minhas próprias redes.”

Outro erro comum é pressupor que os ataques de informação tem o objetivo de desligar a rede inimiga. “O objetivo é deixar a rede instável, ora possibilitando seu funcionamento, ora não.” O coronel explica que a estratégia serve para que o oponente seja obrigado a utilizar uma tecnologia menos avançada para se comunicar, possibilitando o acompanhamento das estratégias.

Raphael Mandarino Jr., responsável pelo Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do Gabinete da Presidência da República – ou Cyber Czar, como é conhecido aquele que ocupa este posto –, adverte que, hoje, tudo está interligado e a questão da segurança já não pode ser tratada como um fator isolado. “Não adianta cuidar do computador, atualizar o antivírus, manter o *firewall* funcionando, e esquecer-se de fiscalizar o departamento de cópias e a portaria.”

Segundo Giovani Thibau, CEO da TechBiz, ainda que não exista um risco eminente de uma guerra cibernética, é preciso estar pre-



Evento analisou os riscos do ambiente virtual



Luiz Flávio D'Urso, presidente da OAB-SP



Demi Getschko, um dos pais da internet no Brasil



Congresso contou com mais de 800 participantes

parado para qualquer situação, recomendando aos brasileiros deixarem de lado a “política do deixa disso”. “Sempre falamos que não há necessidade de Exército, que não somos de guerra, mas quero ver o dia em que alguém invadir um metro de terra brasileira. Aposto que ninguém vai falar: ‘ah, deixa quieto, pode levar’. Com a guerra cibernética é a mesma coisa.”

A verdade é que analisar a estrutura de uma rede e invadi-la é um processo rápido, que raramente leva mais de um mês. Contudo, descobrir que um sistema foi invadido e está sob controle de um oponente costuma ser um processo muito mais demorado. Em média, leva-se três ou quatro meses para perceber a invasão e limpar a rede.

Quando o que se está tentando proteger é o sistema de armas ou mesmo a rede elétrica de um País, a complexidade é muito maior. O grande desafio é como se defender por todos os lados. “É uma ação constante. Ainda que não acreditemos na possibilidade de um ataque dessa magnitude, é preciso estar preparado para tudo”, responde Mandarino. O ‘Cyber Czar’ vai além, “você pode me perguntar: ‘estamos treinando pessoas para esse tipo de situação, para lidar com ataques cibernéticos?’ Menos do que eu gostaria e muito mais do que você pode imaginar”.

É possível, enfim, que nunca tenhamos um ambiente virtual 100% seguro, mas como diz o diretor de Políticas Públicas e Relações Governamentais do Google Brasil, Ivô Corrêa. “É um jogo de gato e rato. O papel das empresas de segurança é diminuir cada vez mais o espaço que os ratos têm para se esconder.” Mas eles estão lá e, nesse caso, todo cuidado no uso da tecnologia é pertinente. ■



O Mercosul precisa de pragmatismo

Mercosul é um acrônimo que corresponde a “Mercado Comum do Sul” – uma referência um tanto otimista para o esforço integracionista que se vê no Cone Sul das Américas desde 1991 quando o chamado “Tratado de Assunção” foi firmado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O gigante do bloco é, logicamente, o Brasil e é dele o crédito de dominar o comércio e o investimento intra-bloco. O principal objetivo da criação do bloco foi a de minimizar rivalidades históricas em favor de mais comércio e cooperação.

Na área econômica, não faltam picuinhas. No entanto, quando as contas são feitas, apenas uma pequena parte do comércio intrarregional é afetado pelos arroubos argentinos em bloquear produtos brasileiros ou pelos unilateralismos brasileiros – como quando exigimos pagamento à vista pelas importações nos anos 90, sem excetuar produtos oriundos de nossos “hermanos” do Mercosul. As licenças não-automáticas atualmente aplicadas pela Argentina, por exemplo, afetam apenas 9,9% do valor das exportações brasileiras. Ainda

que consideremos outros tipos de restrições aplicadas a produtos brasileiros, o valor não passa de 18%. Ou seja, há 82% das exportações brasileiras que entram sem quaisquer restrições na Argentina.

Há muita reclamação de que a Tarifa Externa Comum (TEC) cada vez seja menos “comum”, mas a vasta maioria dos produtos tem efetivamente a mesma tarifa aplicada nos quatro países. A TEC, ainda que aplicada de forma incompleta, assegura um nível de preferência vis à vis países terceiros nos outros três mercados que ajuda a explicar o virtuoso comércio que o Brasil sustenta na sub-região: um superávit crescente desde 2003, no qual prevalecem os produtos de maior valor agregado (manufaturados e semimanufaturados) em 96% das exportações totais brasileiras. No primeiro semestre de 2010, o comércio com o Mercosul cresceu mais de 45% – o maior índice entre os cinco principais parceiros comerciais do Brasil.

Os números não mentem e deveriam tranquilizar opositores do bloco. Não é o que

ocorre, no entanto, por três razões principais: (1) excesso de romantismo; (2) vontade de voar solo; e (3) excesso de politização.

O Mercosul nasceu com uma forte carga de romantismo. Só isto explica o absurdo do compromisso inicial de fazer em três anos e meio aquilo que a Europa fez em 40. O Tratado de Assunção não falava apenas em área de livre comércio, nem tampouco em união aduaneira, mas sim na “livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos” entre 26 de março de 1991 e 31 de dezembro de 1994. Este foi o primeiro fracasso do Mercosul: em 31 de dezembro de 1994 o bloco se tornava apenas uma área de livre comércio acoplada de um projeto de união aduaneira a ser completado em outros cinco anos. Na verdade, o fracasso não foi o que se fez – que não era pouco em termos internacionais. O fracasso foi o que o bloco se propunha a fazer; foi romantizar demais e achar que iniciativas ambiciosíssimas fossem possíveis num espaço tão curto de tempo.

A vontade de voar solo se contrapõe à suposta necessidade de negociar sempre em bloco com países terceiros – o que é visto, particularmente por alguns no Brasil – como um cerceamento da capacidade brasileira de se internacionalizar, ou pelo menos, comandar a sua própria internacionalização. Há efetivamente um dispositivo (Decisão 32/00) que obriga os membros a negociar em bloco. No entanto, nada impede que países membros solicitem exceções caso queiram avançar mais rápido em negociações bilaterais. O caso do México exemplifica bem o tema. Todos os países do Mercosul tem acordos individuais com o México e isso foi acordado entre os quatro como sendo parte de um processo que “convergiria” num acordo do bloco como um todo com aquele país.

Finalmente, a politização. Sem grandes consultas às sociedades e exigindo muito menos do que se havia até então exigido de outros países aspirantes a uma aproximação com o Mercosul, o bloco decide de forma estritamente política (sem critérios técnicos) admitir a Venezuela de Hugo Chávez como membro pleno. Apesar de faltar ainda a ratificação do Paraguai para que seja efetiva, a entrada da Venezuela em nada agrega ao comércio sub-regional ao mesmo tempo em que politiza sobremaneira a letra e o espírito do bloco. Se o Mercosul já estava desacreditado vis à vis o mundo em virtude de seus compromissos romantizados e dificuldades de coordenação, o espectro de Chávez falando em seu nome só serve para piorar as coisas.

Há sem dúvida um Mercosul “meio cheio” e um Mercosul “meio vazio”. Podemos discutir se a decisão a favor de uma integração profunda há 20 anos foi boa ou não, mas isso não nos ajuda a pensar para frente. Não há como negar o valor econômico do Mercosul. Não há tampouco como negar que há problemas e que há uma crise de credibilidade em virtude da insistência em aprofundar em temas que talvez não sejam aprofundáveis entre os quatro países. Harmonizar sistemas tributários, por exemplo, que seria um passo natural depois de concretizar uma área de livre comércio e uma união aduaneira, é algo que o Brasil não consegue fazer consigo mesmo. Por que não baixar as expectativas, desromantizar o processo, preservar o que já se fez e corrigir os exageros? O Mercosul precisa de pragmatismo e não de radicalizações. ■

Mário Marconini é presidente do Conselho de Relações Internacionais da Fecomercio

Cada um no seu quadrado

COP-16, no México, tende a ser marcada mais por preocupações locais do que por um acordo global para reduzir as emissões de gases do efeito estufa

Por Rosangela Capozoli

Não se deve esperar da 16ª Conferência sobre Mudanças Climáticas (COP-16), em Cancún, no México, em novembro e dezembro, o que se projetou para a reunião de Copenhague, no mesmo mês do ano passado. O que não é de todo mal, pois as expectativas exageradas na época se mostraram decepcionantes quanto aos acertos entre as nações em reduzir e controlar suas emissões de gases do efeito estufa. Enquanto na Dinamarca os países sonharam com um grande acordo global – que resultou em quase nada –, no México as nações já vão conscientes de que chegou a vez de cada uma cumprir sua parte. “A reunião de Cancún é uma espécie de ressaca do encontro de Copenhague”, resume o físico José Goldemberg, presidente do Conselho de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio). As perspectivas do encontro na cidade mexicana foram analisadas durante o “Seminário de Mudanças Climáticas”, realizado pelo Conselho de Sustentabilidade da Fecomercio em 28 de outubro, na sede da entidade, na capital paulista. Todo o conteúdo desta reportagem foi extraído dos debates ocorridos durante o encontro.

“As expectativas de Copenhague eram tão elevadas que hoje a questão é rearrumar a casa. O que se esperava é que todos os países chegassem a um grande acordo e isso não ocorreu. Agora a responsabilidade ficou com cada um deles”, completa Goldemberg.

Segundo ele, as nações com papel preponderante nesse processo, caso de China, Estados Unidos e Brasil, estão “fazendo coisas dentro de suas casas”. “A responsabilidade ficou muito mais interna”, reconhece Goldemberg. Para ilustrar esse cenário, ele cita

“AS EXPECTATIVAS DE COPENHAGUE ERAM TÃO ELEVADAS QUE HOJE A QUESTÃO É REARRUMAR A CASA. O QUE SE ESPERAVA É QUE TODOS CHEGASSEM A UM GRANDE ACORDO. AGORA A RESPONSABILIDADE FICOU COM CADA PAÍS”



José Goldemberg, presidente do Conselho de Sustentabilidade da Fecomercio

como exemplo as lições de casa que estão sendo feitas pelo Brasil, como a regulamentação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC ou Fundo Clima), ocorrida em 27 de outubro. “O governo federal ainda está um pouco no nível das intenções, mas, ainda assim, a regulamentação do fundo nacional foi um passo positivo, que, inclusive, poderá ser utilizado para desenvolvimento que leve a redução das emissões”, reforça.

A regulamentação do Fundo Clima – que instituirá um Comitê Gestor – tem como objetivos administrar, acompanhar e avaliar a aplicação de recursos. “O comitê decidirá sobre a destinação dos recursos para projetos, estudos e empreendimentos de mitigação e adaptação da mudança do clima e seus efeitos”, afirma Branca Bastos Americano, secretária de Mudança Climática e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Esse comitê, explica ela, será composto por representantes governamentais, comunidade científica, empresários, trabalhadores e organizações não-governamentais. “O orçamento inicial do fundo previsto para 2011 é de R\$ 226 milhões”, adianta.

Pelas contas de Branca, “se hoje o País decidisse empregar o limite máximo dessa participação de recursos, estaria na casa de R\$ 900 milhões, ao invés de R\$ 200 milhões”. Os outros R\$ 26 milhões serão provenientes de doações. O Ministério da Agricultura,



ra, Pecuária e Abastecimento fará parte do comitê gestor do fundo, a ser composto por integrantes de mais 10 ministérios, da Casa Civil da Presidência da República, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de representantes de setores não-governamentais. O comitê vai se reunir a cada quatro meses para estabelecer diretrizes em relação à aplicação dos recursos, aprovar projetos de redução das emissões de carbono, recomendar estudos e pesquisas para subsidiar as políticas destinadas ao setor e autorizar relatórios de atividades.

Como Goldemberg, a secretária de Mudança Climática e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente guarda a mesma impressão em relação à COP-16. “A reunião de Copenhague era um encontro do qual se esperava um pacote, um novo acordo mundial englobando todos os países, que viesse a dar uma definição de longo prazo para o acordo do clima. Agora, espera-se que saia um pacote de decisões que signifiquem uma evolução comparativamente ao que se tem, mas que também indique que teremos outros avanços nos anos seguintes”, resume. Para ela, trata-se de “uma abordagem muito mais gradual do que definitiva, até por conta da incapacidade de os Estados Unidos assumirem qualquer compromisso nos próximos anos”. “O Brasil vai levar para a reunião a dis-

posição de que essas decisões sejam as mais detalhadas possíveis e cubram o maior número de áreas”, adianta.

Na visão do presidente do Conselho da Fecomercio, decisões acertadas também estão sendo tomadas fora da esfera do governo federal. “Alguns Estados, em particular São Paulo, tomaram medidas muito positivas. A lei paulista, que determina a redução de 20% nas emissões de carbono até o ano de 2020 com base nas emissões de 2005, ajuda na modernização da indústria do Estado”, afirma o especialista.

“São Paulo é o primeiro e atualmente o único Estado do hemisfério sul que tem a proposta arrojada de reduzir em 20% as emissões até o ano de 2020”, emenda Josilene Ticianelli Vannuzini Ferrer, gerente do setor de Clima e Energia da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e secretária-executiva do Programa de Mudança Climática do Estado de São Paulo (Proclima). De acordo com ela, a política ainda está em fase de regulamentação. “Estamos aguardando a posse do novo governador para decidir o tom da política e esperamos que seja em um ritmo muito acelerado”, prevê, ao defender um engajamento não apenas do setor público nessa empreitada, mas também da iniciativa privada.

Um portal de registro público das emissões apuradas no Estado de São Paulo está

em andamento, em parceria com a Fundação Getulio Vargas (FGV). “Certamente será um processo de apoio para a política nessa área nos próximos anos”, analisa.

A gerente da Cetesb acrescenta que, há dois meses, a Nossa Caixa Desenvolvimento lançou uma linha de financiamento para projetos que reduzam a emissão de gases causadores do efeito estufa em empresas de médio e pequeno porte no Estado. “O fundo tem aporte inicial de R\$ 1 bilhão e a Cetesb será um agente técnico dos projetos de baixa emissão de carbono”, relata.

Outra frente atacada pelo o governo federal, segundo Branca, é em relação ao desmatamento. “Estamos reduzindo muito o nível de desmatamento e o Brasil está chegando ao patamar próximo de outros países”, assegura. Para se ter uma ideia, a partir da implementação do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), há sete anos, o Brasil reduziu em mais de 70% a taxa de desmatamento na Amazônia, contribuindo com a redução da emissão de 2,9 bilhões toneladas CO₂ até 2009. Para a secretária, esses dados reforçam o compromisso voluntário apresentado pelo País na COP-15. “Ainda assim o problema mais urgente é o desmatamento no Cerrado. Vamos atacar nessa frente, sem desprezar outras áreas. É preciso criar estímulos para a economia crescer sem causar danos ao meio ambiente e tornar a agricultura brasileira mais competitiva”, pondera.

Mais cético, Fábio Feldmann, ex-secretário-executivo do Fórum Paulista de Mudança Climática, enxerga dificuldades nas ações de longo prazo. “Há muita dificuldade hoje no Brasil e no mundo em se colocar ações no futuro. As empresas ainda resistem muito a



Branca Bastos, secretária de Mudança Climática do Ministério do Meio Ambiente

“ESTAMOS REDUZINDO MUITO O NÍVEL DE DESMATAMENTO E O BRASIL ESTÁ CHEGANDO AO PATAMAR PRÓXIMO DE OUTROS PAÍSES. O PROBLEMA MAIS URGENTE É O DESMATAMENTO NO CERRADO. VAMOS ATACAR NESTA FRENTE”

esse tema”, informa. Feldmann sugere que o País debata a questão da biodiversidade em uma perspectiva econômica. “A grande discussão é como trabalhar em uma economia de baixa intensidade de carbono.”

Receoso que o governo fique centrado apenas na questão do desmatamento, o ex-secretário reforça que, em 2014, o Brasil estaria alcançando as metas previstas para o desmatamento, mas é preciso metas estipuladas em diversas frentes. “Caso contrário, como ficam os outros setores?”, indaga. Outra preocupação demonstrada por Feldmann é em relação ao gerenciamento de possíveis riscos na área do pré-sal, a ponto de ele sugerir que um plebiscito deveria ser feito para definir os parâmetros de exploração. “O Brasil teve pouca experiência de plebiscito. Teve um grande, em 1993, sobre parlamentarismo/presidencialismo, definido pela Constituição de 1988, e, depois, o do desarmamento. Acho que o plebiscito permitiria um grande debate na sociedade brasileira sobre qual é o real significado do pré-sal, inclusive, dos riscos”, dispara.

Feldmann reforça sua argumentação ao observar que o desastre do Golfo do México mostrou uma dificuldade na avaliação de riscos nos Estados Unidos. “Lá, o problema foi a mil metros de profundidade. Fico imaginando a sete mil metros o que não poderia acontecer e tenho muita preocupação. Se o plebiscito viesse a ocorrer, pelo menos teríamos a certeza de que o licenciamento seria feito no maior rigor, com a maior transparência, com o maior debate possível”, reforça. Ainda que a COP-16 apresente resultados tímidos, é extremamente salutar ao Brasil manter vivo o debate sobre mudanças climáticas. A agenda segue prioritária. ■

A força do Brasil e a reorganização das empresas

Por Luis Vasco Elias, sócio da área de corporate finance da Deloitte, especialista em reorganização e reestruturação de empresas

Para entender a atual situação do Brasil, precisamos voltar um pouco no tempo. Até junho de 1994, a economia enfrentava altas taxas de inflação por longos períodos. A inflação entre maio de 1993 e junho de 1994 ficou acima de 5.150% e trouxe graves efeitos negativos na economia e no desenvolvimento econômico e social do País.

Em julho de 1994, o governo deu um grande passo rumo ao controle da inflação e à estabilização da moeda com o lançamento do Plano Real. Em pouco tempo, percebemos um forte impulso do consumo por parte significativa da população – em especial pela população de baixa renda com acesso restri-

to ao crédito, e cuja renda havia sido muito afetada pela inflação.

Outra medida relevante que colocou o Brasil no rumo do desenvolvimento sustentável foi o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), lançado em 1995. Com a inflação baixa e controlada, bancos cujas ineficiências operacionais eram mascaradas pelo ambiente hiperinflacionário precisaram promover ajustes. Como muitos enfrentavam sérios problemas de caixa, o governo lançou o Proer, visando recuperar instituições financeiras problemáticas e evitando o colapso do sistema financeiro.



Os reguladores criaram políticas rigorosas para os bancos brasileiros, impondo limites de capital mais restritivo que os impostos pelo Acordo da Basileia.

O Banco Central criou um novo sistema de pagamento que lhe permitiu monitorar a movimentação de recursos no sistema em tempo real e com mais precisão. A regulamentação do sistema financeiro, aliada ao maior controle e menor capacidade de alavancagem, foram fundamentais para que o sistema financeiro local enfrentasse a recente crise mundial.

Em 2000, entrou em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitou os gastos públicos, contribuiu para a geração de superávits nas contas do governo e ajudou a melhorar a percepção do Risco Brasil. Desde então, vimos uma série de eventos positivos que contribuíram para o desenvolvimento econômico brasileiro, como a maior disponibilidade de crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 24,5% em 2004 para 45% em 2010, com grande potencial de crescimento se comparado com economias mais desenvolvidas.

Em 2005, a taxa básica de juros era de 20% ao ano e hoje está em cerca de 10%. Ao mesmo tempo em que o crédito está avançando, seu custo está diminuindo, propiciando maior volume de investimento e consumo. Entre 2004 e 2008 o PIB per capita chegou a US\$ 9 mil.

Desde 2005, a inflação tem se mantido em 5% ao ano, ou seja, dentro das metas impostas pelo Banco Central. O real tem se valorizado em relação ao dólar, passando de R\$ 2,54 em 2005 para os R\$ 1,76 atuais,

graças ao maior volume das exportações e ao aumento do preço das *commodities*, que tiveram um impacto positivo sobre o nível das reservas internacionais e deverão alcançar US\$ 260 bilhões em 2010, ante US\$ 50 bilhões em 2005.

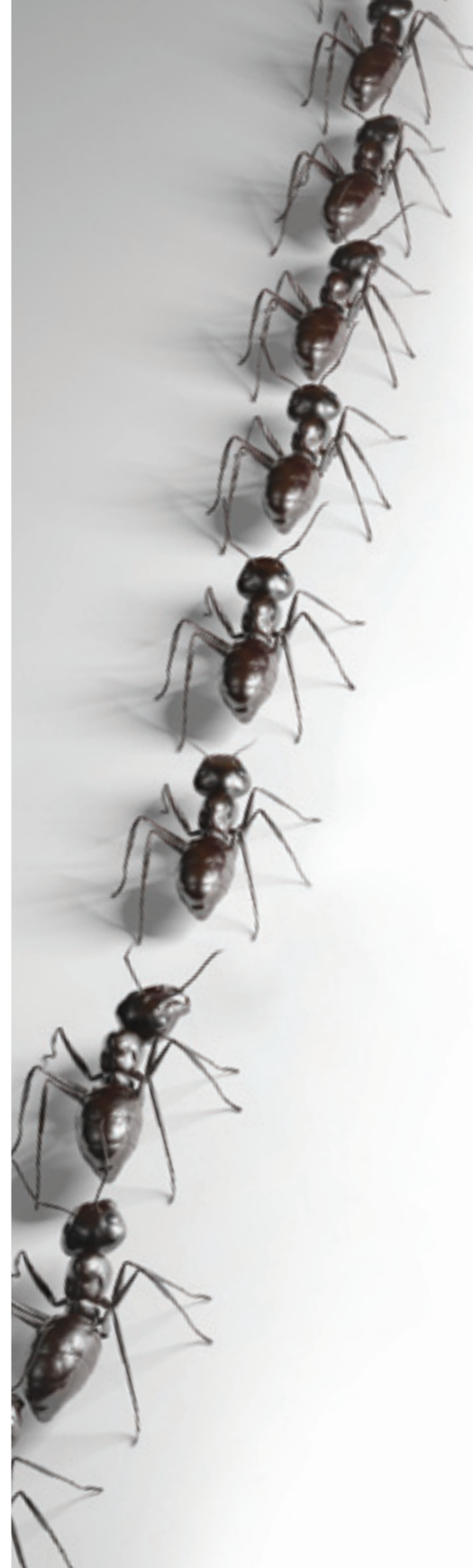
A estabilidade econômica e o crédito mais barato possibilitaram a entrada de 34 milhões de brasileiros de baixa renda no mercado consumidor entre 2003 e 2008. Estima-se que outros 30 milhões migrem para a classe média entre 2009 e 2014.

Em 2010, o governo adotou outras medidas anticíclicas, como a oferta de crédito subsidiado para a produção e para o consumo oferecidos por bancos com controle estatal; incentivos fiscais para automóveis, motos, artigos da linha branca, bens de capital e construção civil, bem como aumento dos investimentos realizados pelas estatais que restaram, como a Petrobras.

O superávit caiu de 3,68% para 2,04% do PIB entre dezembro de 2008 e junho de 2009. Essas medidas, aliadas à recuperação dos preços das *commodities*, fizeram o PIB brasileiro se recompor de um crescimento praticamente nulo em 2009 para uma expansão prevista em 5% em 2010.

Outro exemplo do ciclo de prosperidade da economia brasileira é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 e reeditado em 2010, que prevê investimentos de aproximadamente US\$ 550 bilhões entre 2011 e 2014, nos setores de infraestrutura, energia e habitação.

O Brasil sediará ainda a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, que juntas devem atrair pelo menos US\$ 15 bilhões em



novos investimentos diretos, sem contar o efeito multiplicador destes eventos nos demais setores da economia.

As enormes reservas de petróleo do pré-sal recém-descobertas na costa brasileira permitirão ao País se tornar autossuficiente em petróleo leve e gás natural, dobrando a produção de 28 bilhões de barris/ano. O investimento na exploração das reservas do pré-sal totaliza US\$ 600 bilhões, contribuindo para elevar o percentual de investimentos sobre o PIB para 23%.

A reestruturação societária também teve destaque com a criação da Lei de Recuperação de Empresas e Falências, em vigor desde 2005. O ponto central é a discussão entre devedor e credores sobre o futuro da empresa devedora por meio de um plano de reestruturação que compreenda os aspectos operacional, financeiro e societário.

Muitos frutos já foram colhidos com a recuperação de inúmeras empresas que teriam outro destino senão fossem os benefícios advindos da nova legislação e da mudança cultural que ela promoveu. Porém, ainda há muito a fazer para que o Brasil explore todo o seu potencial de crescimento, como, por exemplo, as reformas fiscal e previdenciária; investimentos em infraestrutura para evitar gargalos no trânsito interno e nas exportações; investimentos em educação com o incremento da formação de PhDs com o aumento da capacidade de gerar pesquisa e desenvolvimento.

Esses fatores também ajudarão o Brasil a enfrentar um de seus maiores desafios, que é passar de grande exportador de *commodities* para um grande exportador de produtos de alto valor agregado. ■

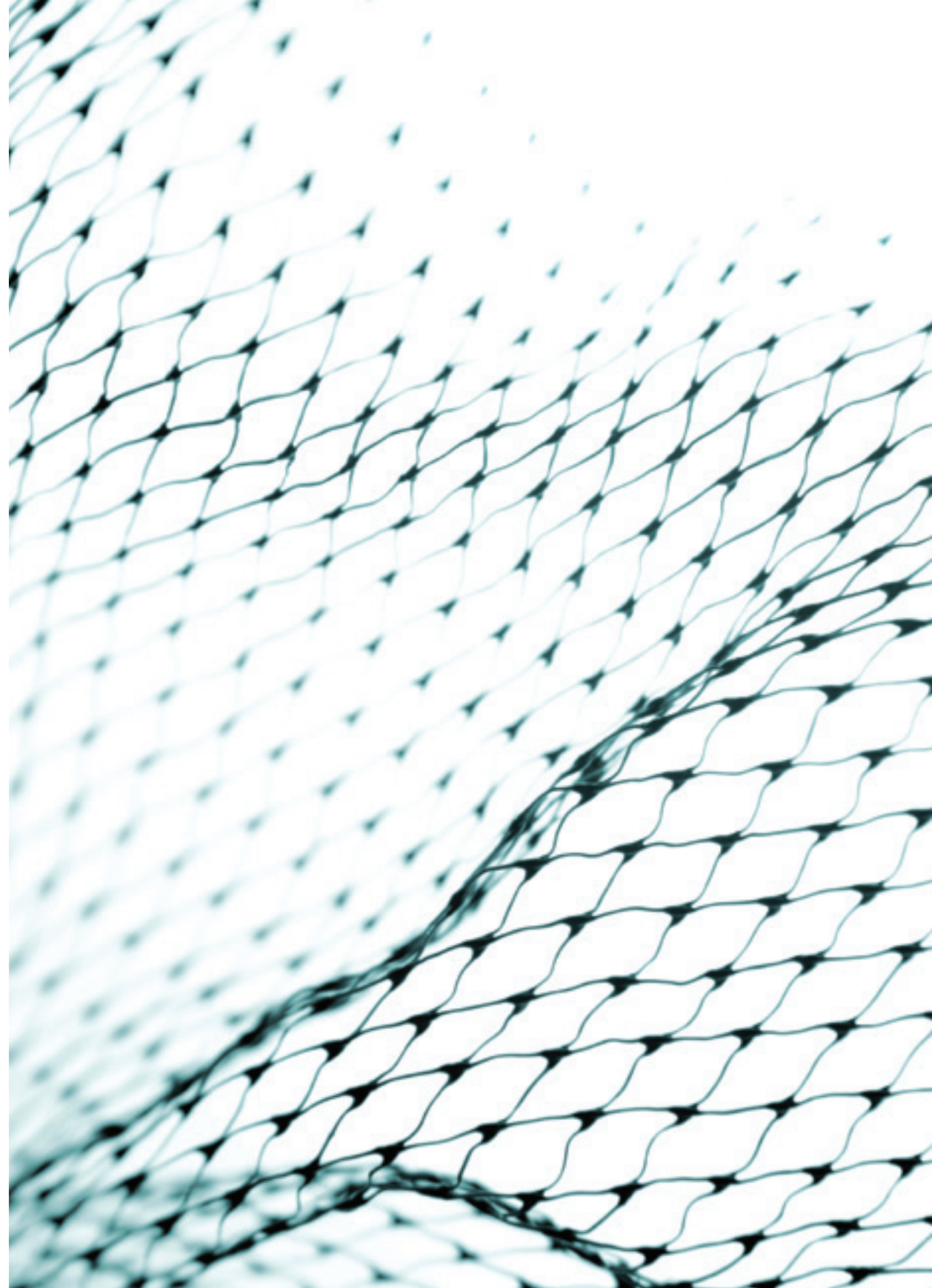
A rede balança, mas não por gols

Infraestrutura de TI e telecomunicações para a Copa de 2014 segue indefinida restando menos de quatro anos para o evento, quando o País deve receber mais de 500 mil turistas **Por Eugênio Melloni**

Na Copa do Mundo de Futebol a ser realizada no Brasil em 2014, uma tradição que nada tem a ver com o esporte bretão se fará valer mais uma vez. Como tem ocorrido desde os anos 60, as novidades de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (TIC) deverão entrar em campo, fazendo da Copa do Mundo um imenso laboratório para o seu funcionamento e, ao mesmo tempo, contribuindo para que o torneio mantenha a sua condição de um dos eventos mais midiáticos do planeta – para muitos especialistas, o maior. Foi assim em 1966, com a transmissão da Copa da Inglaterra ao vivo, via satélite, para os países da Europa. Em 1970, no México, foi a vez da transmissão em cores, que permitiu que

muitos brasileiros vissem pela primeira vez as cores do uniforme brasileiro. A Copa da França, em 1998, ficou conhecida, além da incrível derrota brasileira para o time da casa na final, por viabilizar a primeira transmissão digital em larga escala. O Mundial da Alemanha, em 2006, notabilizou-se por ser a primeira Copa a ter as imagens totalmente geradas em alta definição, enquanto no torneio deste ano, na África do Sul, a coqueluche ficou por conta da geração das imagens dos jogos em 3D.

Ainda que um período de quatro anos seja uma eternidade quando se trata de desenvolvimento de novas tecnologias na área de telecomunicações e TI, estudos já apontam algumas tendências. Há, porém, um fator pre-



ocupante: as discussões envolvendo a relação entre os segmentos de TI e telecomunicações e a próxima Copa do Mundo estão, neste momento, mais focadas nas lacunas existentes na infraestrutura necessária para a realização do evento do que propriamente com as novidades a serem apresentadas no futuro. Pior ainda é notar que, embora muito se discute, e a tecnologia siga em seu insuperável processo de evolução, as decisões governamentais e dos agentes privados sobre o futuro do setor são, até o momento, escassas.

“O planejamento não está ocorrendo no tempo certo”, afirma Josef Barat, presidente do Conselho de Desenvolvimento das Cidades da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio). “Vemos na realização da Copa do Mundo de Futebol e das Olimpíadas no Brasil uma grande oportunidade para o País. Mas ainda há muitos gargalos e obstáculos a serem transpostos”, analisa. “O prazo é curto”, preocupa-se também Adolfo Melito, presidente do Conselho de Economia Criativa da Fecomercio, acrescentando que o Brasil foi escolhido para sediar a Copa de 2014 em outubro de 2007, mas, por várias questões, entre elas o calendário político, ainda há muito por ser feito no País para adequar a infraestrutura de TI e telecomunicações às dimensões da demanda que o evento exigirá. “Não temos uma cultura de planejamento para momentos como esse”, reconhece Melito.

A Copa do Mundo do Brasil promete ser a mais digital e interativa de todas as edições já realizadas, garantem especialistas desse segmento. Estudo realizado conjuntamente pela consultoria Ernst & Young Terco e pela Fundação Getulio Vargas (FGV) mostra que a expectativa é a de que o tráfego de dados durante o evento, no Brasil, supere o verifi-

cado na Copa da Alemanha, quando atingiu a marca de 15 terabytes – equivalente a 100 milhões de livros.

Estima-se também que as cidades-sede da Copa (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife e Salvador) receberão, durante o período de pouco mais de um mês em que os jogos serão realizados, entre 500 mil a 1 milhão de turistas de todo o mundo. Esse grupo desembarcará no País com celulares de quarta geração, *tablets*, *notebooks* e outras tecnologias modernas, exigindo que a infraestrutura local tenha capacidade para o compartilhamento das emoções dos jogos em tempo real, por meio de imagens e dados. Também se prevê que cerca de 40 mil profissionais de mídia estarão a postos nos estádios para levar as imagens e informações da Copa para cerca de 3,5 bilhões de telespectadores e internautas. “Você já imaginou o efeito para a imagem do País de um ‘apagão’ na telefonia durante a Copa?”, alerta Barat.

Segundo levantamento realizado pela Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), o Brasil necessitará investir em infraestrutura de TIC, no período de cinco anos que se encerrará em 2014, cerca de R\$ 19,7 bilhões por ano, em média, para eliminar gargalos existentes e garantir a continuidade do crescimento econômico. Não estão embutidos nesses cálculos investimentos específicos para a realização da Copa do Mundo, como a criação da estrutura de TIC dos estádios, por exemplo. Já o estudo da Ernst & Young Terco e da FGV mostra que a Copa de 2014 deverá demandar investimentos de R\$ 309 milhões somente em tecnologia da informação, para que se viabilize o grande fluxo de dados e a capacidade de processamento associados ao evento.

“O PRAZO É CURTO. O BRASIL FOI ESCOLHIDO PARA SEDIAR A COPA DE 2014 EM OUTUBRO DE 2007, MAS, POR VÁRIAS QUESTÕES, ENTRE ELAS O CALENDÁRIO POLÍTICO, AINDA HÁ MUITO POR SER FEITO NO PAÍS PARA ADEQUAR A INFRAESTRUTURA DE TIC ÀS DIMENSÕES DA DEMANDA QUE O EVENTO EXIGIRÁ”



Adolfo Melito, presidente do Conselho de Economia Criativa da Fecomercio

O presidente do Conselho de Economia Criativa da Fecomercio pondera que a infraestrutura de TI e telecomunicações avançou muito no País nos últimos anos. Mas, acrescenta Melito, que esse avanço ainda não livrou o Brasil de falhas e deficiências, lembrando que ainda ocorrem “apagões” em sistemas de TI que funcionam – ou deveriam funcionar – ininterruptamente. “Quando utilizo o celular me deslocando entre Santo André e São Paulo, frequentemente a ligação cai em alguns pontos”, cita, considerando também que o Brasil enfrenta dificuldades com a qualificação, principalmente na área de software.

Para Manuel Matos, presidente da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Câmara E-net), a infraestrutura de banda larga, “que no Brasil é mais cara e apresenta deficiências no que se refere à estabilidade e à velocidade”, é um dos problemas a serem encarados.

Uma pesquisa conduzida pela consultoria Telemo em parceria com a empresa Huawei mostra que, das 12 cidades que sediarão os jogos da Copa de 2014, São Paulo, Porto Alegre e Curitiba são as que apresentam as melhores condições de banda larga móvel. Conforme o estudo, a velocidade de *download* na média das 12 cidades-sede chegou a 567 Kbps e a de *upload* a 249 Kbps, números muito inferiores ao pico de 7 Mbps que a tecnologia de terceira geração chega a atingir no *download*. Em São Paulo, por exemplo, dona de um dos melhores serviços de banda larga entre as cidades pesquisadas, a performance alcançou 945 Kbps. Mesmo nas áreas urbanas, a qualidade do sinal e a cobertura das redes são classificadas pelo estudo entre regular e ruim em várias localidades. Na capital paulista, essas vulnerabilidades podem ser constatadas em áreas de grande fluxo de

turistas, como as proximidades do aeroporto de Cumbica e trechos da Rodovia Ayrton Senna. Os piores desempenhos foram constatados em Natal, Recife e Salvador.

Fontes do mercado afirmam que nem as operadoras de telefonia, tampouco o governo, tomaram iniciativas, até o momento, para que sejam iniciados os investimentos necessários para dotar o País da rede de banda larga exigida para atender à Copa de 2014. As empresas de telecomunicações aguardam definições no que se refere à oferta de crédito para que o conjunto do setor promova novos investimentos. Há também o desejo de que sejam oferecidas pelos governos compensações – na forma, por exemplo, de redução de pagamentos de fundos setoriais – para os pesados investimentos que terão de ser realizados na infraestrutura de banda larga.

A expectativa no mercado é a de que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) antecipe para 2011 a realização do leilão de licenças para a operação da quarta geração de telefonia celular. A previsão inicial era de que o leilão ocorresse em 2012. O objetivo da antecipação é justamente permitir que possa ser estruturada, em tempo hábil, a instalação de redes capazes de viabilizar o uso da tecnologia durante a Copa. Segundo fontes do setor, contudo, a ideia não entusiasma a maior parte das operadoras, que ainda está amortizando os investimentos realizados para a implementação da terceira geração de telefonia celular no País.

Fernando Aguirre, sócio da área de Performance & Technology da KPMG, afirma que não existe clareza ainda, por parte das operadoras, sobre como serão conduzidos os pesados investimentos em banda larga. “Se considerarmos o crescimento da telefonia móvel até o momen-



ESTUDO DA ERNST & YOUNG E DA FGV MOSTRA QUE A COPA DE 2014 DEVE DEMANDAR INVESTIMENTOS DE R\$ 309 MI SOMENTE EM TIC PARA VIABILIZAR O FLUXO DE DADOS E A CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO

to, veremos que a expansão foi muito baseada na venda de celulares pré-pagos. A questão é: qual será o potencial de retorno para os investimentos pensando em serviços de maior valor agregado, justamente os que serão demandados pelos turistas que virão para os eventos



Josef Barat, presidente do Conselho de Desenvolvimento das Cidades da Fecomercio

“VEMOS NA REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS NO BRASIL EM 2016 UMA GRANDE OPORTUNIDADE PARA O PAÍS. MAS AINDA HÁ MUITOS GARGALOS E OBSTÁCULOS A SEREM TRANSPOSTOS. VOCÊ JÁ IMAGINOU O EFEITO PARA A IMAGEM DO PAÍS DE UM ‘APAGÃO’ NA TELEFONIA DURANTE A COPA?”

esportivos?”, indaga Aguirre. O sócio da KPMG acrescenta que tem conversado com as operadoras sobre a necessidade de se “capturar o momento” e estabelecer estratégias que contemplem não só a realização dos eventos esportivos, mas também o cenário posterior.

O presidente da Câmara E-net considera, entretanto, que, diferentemente do que ocorre em outros setores da infraestrutura vitais para a realização da Copa, na área de TI e Telecomunicações ainda há tempo hábil para que os problemas sejam endereçados. “O fator tempo é mais crítico em áreas como aeroportos e estádios, por exemplo”, compara Matos.

Há, ainda, os especialistas que enxergam o processo em curso com otimismo. De acordo com Luciano Manzano, gerente da Deloitte envolvido com os trabalhos na área de TI e Telecomunicações, o andamento de alguns dos trabalhos de dotação de infraestrutura nas cidades-sede da Copa caminha bem. “Temos vários Estados com os seus movimentos avançados, principalmente no que se refere à tecnologia de *data centers*”, relata.

Novas tecnologias

Um estudo realizado pelo CPqD, sob encomenda da GSM Association (GSMA), aponta que, até 2014, deverão disseminar-se fortemente serviços de dados apoiados em tecnologia 3G, como a TV móvel e as redes sociais móveis. Esses serviços, adianta o trabalho, demandarão maior infraestrutura para que se garanta a utilização, sem sobressaltos, durante a Copa do Mundo de Futebol. Outra aposta é no crescimento da quarta geração de telefonia móvel, a LTE (Long Term Evolution). O estudo projeta ser esta tecnologia utilizada

por cerca de 500 milhões de pessoas em 2014. É muito provável que muitos usuários dessa tecnologia estejam entre as levas de turistas que desembarcarão no Brasil entre junho e julho de 2014. Para viabilizar o uso dessa tecnologia no País, o trabalho desenvolvido pelo CPqD recomenda a adoção de bandas mais largas pelo mercado de telefonia móvel.

O sucesso das redes sociais no Brasil, onde a adesão tem superado a verificada em outros países, embasa a expectativa de que, durante a Copa de 2014, esses canais estarão entre os meios mais acessados no ambiente virtual brasileiro. Esse comportamento deverá causar um grande impacto no tráfego das redes em 2014 e demandará mais faixa de frequência, otimização da infraestrutura de rede e planejamento de contingência para garantir a disponibilidade e a qualidade dos serviços. Planejar a demanda e o tráfego dos serviços de telefonia é outro ponto importante, considerando-se o volume de *roaming* esperado para um evento que aglutinará tantas pessoas de tão diferentes regiões do globo. Além disso, é preciso oferecer segurança às redes de telecomunicações. O estudo do CPqD considera importante realizar, em eventos esportivos previstos para os próximos anos até 2014, em especial na Copa das Confederações – evento preparatório para a Copa –, em 2013, testes com tecnologias como a TV no celular, de forma que a sua utilização durante o megaevento esportivo ocorra sem sobressaltos. Há imensas demandas a serem supridas para a Copa de 2014 no Brasil e a evolução tecnológica pode apresentar respostas importantes. A questão é decidir. E, decisão tardia, sem planejamento, tem exatamente o mesmo resultado de não decidir. ■